



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO VIII — N.º 84 — SÃO PAULO, JUNHO E JULHODE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 — S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469



Efectivos do ELNA em treio intenso. São inimigos do governo fascista de Salazar, mas aliados naturais do povo português.

POVO PORTUGUÊS E POVOS COLONIAIS: ALIADOS NATURAIS

Pelo lado nacionalista, as principais organizações das colónias portuguesas que se batem pela auto-determinação e independência dos respectivos territórios — o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, o Movimento Popular de Libertação de Angola, a União das Populações de Angola, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, a Frente de Libertação de Moçambique — quase desde o início das suas lutas distinguiram em declarações públicas o governo fascista de Salazar e o povo português, afirmando serem aquelas lutas dirigidas contra o primeiro e não contra o nosso povo.

Recentemente em discurso que pronunciou por ocasião das comemorações do 3.º aniversário da Revolução Angolana, de que publicamos alguns extractos noutra local desta edição, o presidente do G.R.A.E., Sr. Holden Roberto, mais uma vez declarou que os nacionalistas angolanos não têm "qualquer inimizade para com o povo português" e que a luta deste e a do povo angolano se encontram ligadas.

Pelo lado português, desde há muito, também, sectores e personalidades democráticas têm expressa e repetidamente condenado a política colonial do governo fascista de Salazar, reconhecido o direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência e afirmado a ligação existente entre as lutas pela independência dos povos coloniais e a luta pela libertação do povo português.

"Portugal Democrático" há mais de três anos tem repetidamente marcado esta posição, que nas suas colunas tem sido igualmente vincada em muitos artigos assinados por conhecidos anti-fascistas portugueses. O Partido Comunista Português desde há muitos anos reconhecera o direito à autodeterminação e à independência dos povos coloniais. Em Outubro de 1961, foi distribuída no Seminário Anti-Colonialista de Nova Delhi, em que esteve presente um actual membro da Junta Revolucionária Portuguesa, uma declaração subscrita por mais de uma centena de anti-fascistas portugueses, emigrados em diversos países, reconhecendo inequivocamente o direito à autodeterminação e independência de todos os povos dos territórios coloniais submetidos a Portugal. Pela mesma altura, no último trimestre de 1961, o General Humberto Delgado entrevistou-se em Marrocos com alguns dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas, a quem fez impor-

tantes declarações no sentido do reconhecimento daqueles direitos. A 1.ª Conferência de Forças Anti-Fascistas Portuguesas, realizadas na Europa em Dezembro de 1962, marcou a mesma posição, numa linguagem clara e insusceptível de quaisquer dúvidas, tendo a 2.ª Conferência da F.P.L.N., em Janeiro do corrente ano, reiterado mais uma vez a mesma posição e considerado como "naturais aliados" os povos africanos que lutam pela libertação do jugo colonial português e o nosso povo, que luta pelo derrubamento do fascismo. Finalmente, há poucos meses, uma delegação do bureau de Argel da F.P.L.N. manteve naquela cidade amistosas conversações oficiais com uma delegação do P.A.I.G., chefiada pelo seu secretário geral, eng.º Amílcar Cabral.

No decurso destes últimos três anos, muitos foram os telegramas, cartas e declarações que organismos e personalidades anti-fascistas portugueses enviaram, de várias partes do mundo, à Assembléia Geral e ao Conselho de Segurança das N.U., sempre que estes organismos procederam à discussão do problema colonial português, desautorizando a política colonialista do governo fascista de Salazar e reconhecendo univocamente o direito à autodeterminação e à independência dos povos das actuais colónias portuguesas.

O próprio povo português — o que é o facto mais relevante — em numerosas manifestações de massas tem afirmado clara e corajosamente, de encontro à brutalidade da repressão policial, o seu anti-colonialismo, a sua nítida compreensão de que a luta anti-colonialista se encontra intimamente ligada à luta anti-fascista.

Não é, pois, correcto considerar, como fez o Sr. Holden Roberto, no discurso atrás citado, as resoluções da 2.ª Conferência da F.P.L.N. ou recentes declarações dos seus organismos como uma primeira, embora feliz, tomada de posição dos portugueses anti-fascistas sobre o direito à autodeterminação e à independência, pois esta foi, como mostrámos, contemporânea do início da Revolução Angolana e nalguns casos, mesmo anterior, sendo a de todos os militantes anti-fascistas.

O que se torna agora necessário, como bem vinca o Sr. Holden Roberto, é passar das palavras aos actos e, da parte a parte, selar-se "concretamente o nosso acôrdo contra a ditadura de Salazar".

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

- O GENERAL DELGADO CHEGOU A ARGEL pag. 8
- COMBATES A 50 KM. DE LUANDA pag. 8
- TRANSFERIDOS 12 PATRIOTAS DE PENICHE PARA CAXIAS pag. 8
- A U.D.P. DIRIGE-SE A NASSER E KRUSCHEV pag. 3
- SIMONE DE BEAUVOIR E OS EXILADOS PORTUGUESES pag. 8
- FERREIRA DE CASTRO CONTRA AS "MEDIDAS DE SEGURANÇA" pag. 2
- O PROCESSO DE BEJA pag. 5
- PESCADORES EM GREVE pag. 8

fundo e
nocratas
ram co-
ama pu-
larações
o da in-
or Goo-
na Ca-
guerra
cionada.
governo
sumidas
ica que
utenação
m a di-
que à
vo por-
lo pelas
colonial
o seu

l. acaba
n aque-
m como
sobre a
mos o
nocrati-
brando
contri-
tos res-
diante
ceira e
Lisboa

Unida-
o Ara-
ca, Ma-
Rodri-

aviadas
o e aos
ingle-

Ferreira de Castro Solidário com Maria da Piedade Santos

Tomando conhecimento da situação em que se encontra Maria da Piedade Gomes dos Santos — patriota que continua presa por força das "medidas de segurança" depois de cumprida há muito a pena em que foi condenada — o grande escritor Ferreira de Castro, presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores, enviou a carta que abaixo reproduzimos ao advogado de defesa daquela heroica democrata:

Prezado Dr. Arnaldo Mesquita:

Acabo de ler a exposição jurídica que me enviou sobre o drama de Maria da Piedade Gomes dos Santos, drama dum existência humana que à luz dessas páginas diviso na sua negra e imensa noite.

Mais de cinco anos de cativo para uma pobre senhora que não matou nem atentou de qualquer forma contra ninguém, que tão pouco se apropriou da fazenda alheia, mesmo da ilegítimamente adquirida, é uma destas situações de que não podemos tomar conhecimento sem o nosso coração se arripiar angustiadamente e sem o espírito erguer sérias e muito profundas objeções. Mais de cinco anos de cárcere, marcados pela trágica indolência dos relógios prisionais, são cinco infundáveis séculos. E que delito cometeu ela, afinal? acusam-na, pelo que leio, de ter ideias diferentes de outros sectores humanos e desejar, naturalmente, que os outros acreditem nelas. Mas se isso é um crime, fechem-se já as portas dos tempos, apaguem-se sem tardar as luzes das naveas, calem-se as vozes plangentes dos sinos e prendam imediatamente os fiéis de Cristo, porque ele, que tanta gente adora de joelhos, foi um grande criminoso. Não só tinha uma doutrina diferente das que predominavam na sua época, como fez tudo para a propagar. Mas, realmente, em que recôndito lugar do nosso planeta se encontrará um homem que, acreditando numa religião, num ideal social ou político, na eficácia dum medicamento que utilizou, na beleza dum livro que leu, no mérito dum peça de teatro que ouviu, não deseja que os outros participem daquilo que ele tem por excelente? Se examinarmos em profundidade esta tendência, verificamos que ela constitui uma das mais nobres e mais desinteressadas

características humanas, pois a convicção que somos úteis aos outros supera o que, nesses casos, possa haver de lisongeiro para o nosso amor próprio. Essa situação psicológica desenvolve-se em todas as classes: ela vai do homem mais humilde ao mais poderoso, desde os velhos profetas de longas barbas e sandálias poeirentas, quando não de pés descalços, aos grandes senhores da nossa época, transportados em faustosos automóveis roncando não sei quantos cavalos de força. E, assim, em todos os tempos e em todos os países, os próprios governos se têm empenhado em convencer os outros das vantagens das suas ideias, quaisquer que elas sejam; se têm empenhado com tanto maior intensidade quanto menor for o número dos seus adeptos.

Vejo também, nas suas páginas, que Maria da Piedade é acusada não só pelas ideias que tem, mas ainda por não querer renegá-las, apesar do longo encarceramento que já sofreu. E por isso mesmo se pretende que este seja prolongado, que as noites infundas e os dias intermináveis continuem inexoravelmente para ela. Eis outra acusação que não pode deixar de produzir singulares ressonâncias no espírito de todos os homens, seja qual for o seu credo político, social ou religioso. Todos nós sabemos, efectivamente, como o cristianismo e as demais religiões glorificam a fidelidade que a elas mantiveram, até à morte, os seus primeiros crentes, que mantiveram através de tormentos inomináveis, de espantosos suplícios, nesses tempos a que hoje chamamos bárbaros. E é tão forte essa linha moral da Humanidade, que em todo o mundo os renegados encontram, à sua volta, as maiores reservas, uma humilhante depreciação, quando não um completo descrédito até mesmo entre aqueles para cujas doutrinas se

passaram. Ser coerente ao longo da vida, ser coerente através de tudo, é uma das marcas mais significativas da honradez mental. E por isso mesmo, após tantos séculos de martírios, de gritos estarrecendo as noites, de milhões de vítimas cujo único crime era pensarem que as suas ideias podiam contribuir para haver menos sofrimento no Mundo, a civilização acabou legislando o respeito ao foro íntimo de cada qual.

Todos os governantes de todos os países sabem hoje, aliás, quantos inconvenientes existem, para eles e para as suas teorias, na criação de mártires entre as teorias opostas. O paganismo romano, tão poderoso na Europa e nas costas mediterrânicas na África e da Ásia, senhor de tantas e tão aguerridas falanges, acabou sendo vencido, não a ferro e a fogo, não por legiões couraçadas como as dele, mas apenas por um exército desarmado e incorpóreo, um exército de fantasmas saídos dos túmulos dos mártires. E é com estes que hoje, entre luzes e flores votivas, a Igreja povoa os seus altares. Ora, com um encarceramento mais prolongado, com uma persistência ainda mais ampliada para que ela mude de ideias, recusando-se ela a renegá-las, não será muito de estranhar que, depois de tão demorado sofrimento, Maria da Piedade, nome extraordinariamente simbólico, venha a resplandecer também, por detrás das grades da sua prisão, como uma mártir.

Uma época, um povo ou um regime impõe-se ou não ao futuro conforme o grau de compreensão e o sentimento de justiça que manifestaram. Mesmo nos períodos sem absolvição possível, mesmo nos dias mais tenebrosos, como os da velha Assíria, os da Santa Inquisição, os do nazismo das câmaras de gás e tantos, tantos outros, os historiadores procuram, para que toda uma Nação e a própria Humanidade não fiquem desonrados, quem não pactuou com a crueldade ou com as trevas impostas. E assim aparece o artista assírio de que falo num dos meus livros, que ao cruel Assurbanipal opôs uma obra de intensa piedade; o intelectual que discordou, no seu tempo, de todas as injustiças e opressões à consciência humana, o juiz que teve a coragem de ser justo, o velho frade, tolerante e culto, que autorizou a publicação dos "Lusiadas"... E a esses o futuro abre os seus braços e os seus louvores, ao mesmo tempo que os recusa aos que procederam de maneira diferente. No velho edifício de Ruão onde foi condenada à fogueira essa jovem e intrépida mulher que se chamou Joana d'Arc, mais tarde reabilitada, até à santidade, vêem-se duas lápides de mármore negro com inscrições a ouro, alusivas àqueles actos. E nas palavras que ali se encontram, cuidadosa e subtilmente escolhidas para que o drama nelas evocado não provoque fortes reacções morais em quem as lê, percebe-se bem o mal-estar que a Igreja sente perante o tremendo erro, tão funesto para ela própria, do famigerado cardeal de Beauvais e de seus acólitos.

Mas o caso da célebre heroína francesa é apenas um exemplo. Nas bibliotecas, que são os despertadores das horas mortas e das memórias adormecidas, há milhares, centenas de milhares de outros. Basta estendermos a mão e tirarmos dum das prateleiras, por espírito de vizinhança, a história da Espanha, em muito dos seus passos semelhantes a tantas outras. E logo surpreenderemos, nas suas entrelinhas nos seus eufemismos, na ambiguidade de certas justificações, quanto padece o orgulho espanhol por não poder chamar ao mundo, bem sonoramente como é do seu aprazimento, que a ocupação do México e do Perú se efectuou sem as violências ferozes de Hernán Cortés e de Pizarro. E se passarmos para os nossos dias, veremos os assassinos do grande poeta Frederico Garcia Lorca, glória de todo um povo, serem repudiados pelos seus próprios correligionários, pois que esse hediondo crime foi-lhes mais prejudicial e continua a ser do que se tivessem perdido duas dúzias de batalhas.

Só, efectivamente, os sentimentos de equidade e de compreensão do fenómeno humano fazem posteridade luminosa ao procedimento dos homens e das nações que eles constituem. O resto é negrume. O resto é volver atrás, às eras que desconheciam as grandes normas morais que os maiores espíritos da Humanidade viriam a criar e que representam, indiscutivelmente, irrefragavelmente, o melhor tesouro de todos nós.

Com os mais profundos votos para que o seu apelo em prol da justiça seja ouvido e Maria da Piedade liberta enfim, possa participar destes dias primaveris, que há tanto tempo lhe são negados em que a própria natureza da nossa terra, esplendente de luz e cor, dir-se-á junto à sua louçania excelsos sentimentos,

sauda-o muito cordialmente
a) Ferreira de Castro



"E por isso mesmo, após tantos séculos de martírios, de gritos estarrecendo as noites, de milhões de vítimas cujo único crime era pensarem que as suas ideias podiam contribuir para haver menos sofrimento no Mundo, a civilização acabou legislando o respeito ao foro íntimo de cada qual".
(Ferreira de Castro)

O Massacre de Luanda Evocado por um Estudante

A revista "O Estudante" (edição em português n.º 2, Vol. 1), órgão da COSEC, entidade estudantil com sede em Leiden, na Holanda, publicou recentemente uma impressionante descrição das atrocidades cometidas pelos colonialistas em Angola. O autor desse documento, presentemente refugiado no Congo, é um estudante angolano que viveu em Luanda as semanas de terror policial que antecederam a insurreição armada de março de 61. São particularmente dramáticos os parágrafos que dedica ao massacre de 5 de fevereiro em que a PIDE e os colonos ultrassassinarão friamente milhares de africanos indefesos. Ao transcrevermos essas passagens, apesar do tempo decorrido, procuramos contribuir para o esclarecimento dos democratas portugueses a respeito de fatos, como essa jornada sangrenta, que a propaganda fascista esconde cautelosamente da opinião pública.

"É UM TERRORISTA!"

"No dia seguinte, domingo, fui ao cemitério para ver quantos Portugueses tinham sido mortos. No momento em que cheguei tinham organizado o funeral, ao qual participavam centenas de Portugueses, correndo para o cemitério, todos armados. Lá encontrei dois amigos, sem penetrar na multidão, e sugeri que nos fôssemos embora, uma vez que os Portugueses se encontravam armados e furiosos. Os meus amigos não concordaram, dizendo que devíamos ficar e que se corrésemos nos atirariam a matar. Porisso acompanhamos o funeral, a multidão de Portugueses tornando-se cada vez maior e fazendo grande barulho, pois para honrar os seus mortos disparavam para o ar os revólveres e as carabinas.

Para vermos melhor, eu e os meus amigos subimos sobre um carro. Lembrou-me das discussões acerca do número de Portugueses mortos naquele dia, mas do ponto em que nos encontramos sobre o teto do automóvel, podíamos contar sete caixões carregados aos ombros de homens. No momento em que o funeral atingiu a entrada do cemitério, aconteceu o inevitável, a farsa que devia dar início a um fogo de terror. Perto de mim, um chauffeur de autocarro disse sorrindo em Kimbundu, "Ia ai akua kuia va", o que significa: "éste já foram, mas outros irão também". Claro que o sorriso dele contrastava com a tristeza e os gritos das mulheres Portuguesas que tomavam parte no funeral. Um Português que se encontrava perto perguntou-lhe por que é que sorria, pois não tinha compreendido as palavras que ele dissera. O chauffeur não respondeu e deixou de sorrir. Então o Português tentou bater-lhe e ele começou a correr. Imediatamente vários Portugueses que se tinham voltado gritaram: "Olha! Ele fogue! É um terrorista!" O chauffeur tentou refugiar-se na loja dum carpinteiro, mas os Portugueses tinham-no cercado e no momento em que eu olhava mataram-no a tiro.

Dentro da carpintaria algumas pessoas estavam trabalhando e conversando. Após que o chauffeur tinha sido morto um dos Portugueses apontou a carpintaria dizendo: "Ele queria esconder-se na carpintaria! Com certeza há lá mais terroristas!" A multidão, obedecendo, correu para a loja, matando o carpinteiro e a sua família.

O meu amigo, então, sugeri que fugíssemos, mas eu encontrava-me preso no mais espesso da multidão e não queria mover-me com pressa, com medo de me tornar suspeito aos Portugueses que me rodeavam, todos armados. Lembrou-me de ter visto um rapaz que passava com um cesto de pão e que parecia dirigir-se ao mercado para comprar pão para o seu pai Português. No momento em que passava, o seu corpo foi cortado por uma chuva de balas. Pouco depois um

jeep da polícia veio para transportar o cadáver. Mais tarde vi um homem ser morto a tiro e o seu corpo esmagado por um caminhão.

Nesse momento a multidão tinha-se deixado apoderar dum frenesim, atirando e matando todos os Africanos que tentavam fugir. Recordo-me de ter ouvido um Português gritar: "Matemo-os todos!"

Em determinada altura um Português dirigiu-se a mim, ameaçando-me com uma espingarda. Fiquei muito quieto e quando ele viu que eu não tentava escapar deixou-me em paz.

Finalmente alcancei um autocarro, mas não pude entrar nele devido à pressão da multidão e o autocarro, por si, encontrava-se paralizado. Dirigi-me então para outro autocarro e um Português veio direito a mim, ameaçando-me com um revólver e apontando-me ao peito. Para lhe mostrar que não tinha intenção de escapar, levantei o meu pulso como para verificar se o meu relógio ainda batia. Ao ver que eu estava calmo o Português não me incomodou.

Por fim consegui encontrar um autocarro que me levou a casa, mas o tiroteio continuou toda a tarde e durante a noite.

Nessa noite muitos dos meus amigos vieram ao meu quarto discutindo os acontecimentos. Estávamos excitados e queríamos armas.

Nos meados do mês seguinte (15 de março de 1961) a revolução começou. Em Luanda a repressão Portuguesa era severa, retirando de nossas casas todos os objetos que podiam ser utilizados como armas. Mesmo os utensílios de cozinha desapareciam, de maneira que éramos obrigados a comer com as nossas mãos e preparar os alimentos com pedras.

Eu ainda fiquei em Luanda cerca de ano e meio. O nosso grupo, que a princípio tinha sido pequeno, alargou-se a despeito dos esforços da PIDE para nos destruir.

Como os Portugueses suspeitavam a nossa atividade nacionalista mandaram-nos para o Lobito e não pude fazer mais que obedecer.

No Lobito a PIDE tinha recebido uma ficha com a minha história e possivelmente informações sobre a suspeita das minhas atividades políticas em Luanda. Como a suspeita deles era grande, proibiram-me mesmo de falar com os outros Africanos.

Finalmente decidi escapar para o Congo. Não posso relatar os detalhes da minha evasão, por razões de segurança, mas posso dizer que enquanto eu e os milhões de Angolanos tiverem vida a nossa luta pela liberdade continuará.

Mas para essa luta precisamos o vosso auxílio. Armas, bolsas de estudo, assistência médica, alimentos, roupas, equipamento de escritório, petições, demonstrações... tudo isso é para nós necessário e urgente, para nos auxiliar a libertar o nosso país da garra sangrenta de Salazar. Contamos convosco.

SALEZAR na IMPRENSA MUNDIAL

A IMPRENSA EM PORTUGAL

"O fato de a imprensa desempenhar um papel importante não passa despercebido aos monopolistas. Dominar os principais diários constitui para eles um bom meio de propaganda com vista à obtenção de novos lucros e à defesa das suas posições monopolistas, tanto em Portugal como nas colónias sob domínio português.

Nove dos dez diários portugueses mais conhecidos são directamente dominados pelos monopolistas. "O Seculo", por exemplo, que é o matutino lisboeta mais importante (100.000 exemplares), depende do Banco de Angola e da Associação Comercial de Lisboa. O "Diário de Notícias", que ocupa o segundo lugar (90.000 exemplares), pertence à Companhia Industrial de Portugal e Colónias (atrás da qual está o maior monopólio português, a CUF), às Companhias Reunidas Gás e Electricidade (dominadas por sua vez pelo monopólio belga Sofina e pelo Banco Morgan, norte-americano), e à Anglo Portuguese Telephone Com. Os três principais matutinos do Porto ("O Primeiro de Janeiro", "Jornal de Notícias" e "O Comercio do Porto") pertencem ao grupo de empresas Manuel Pinto de Azevedo e ao Banco Borges Irmão. O "Diário Popular", a maior tiragem dos vespertinos de Lisboa (70.000 exemplares), está nas mãos da Companhia Angolana de Agricultura e da Companhia de Seguros A Nacional. O "Diário Ilustrado", que tirava várias edições por dia, era controlado pelo monopólio SONEFE e pelas grandes empresas Abel Pereira da Fonseca e Lusálite. O "Diário de Lisboa" que se intitula diário independente da tarde, depende do Banco Pinto & Sotomayor. O "Jornal do Comercio", único diário de informação económica, é o órgão do Banco Espírito Santo e da Companhia de Seguros A Nacional. A "Republica" é o único diário liberal que, apesar de amonado pela censura, consegue continuar a sua luta pela liberdade e pela independência e contra o domínio monopolista.

Outros três quotidianos, dois matutinos de Lisboa, "O Diário da Manhã" e "A Voz", e um vespertino do

Porto, "Diário do Norte", dependem directamente do governo de Salazar, de que são porta-vozes. Diz-se a respeito que o próprio Salazar, conhecido melhor do que ninguém a sua impopularidade, lhes chama, ao que parece, a imprensa clandestina...

O alto clero controla igualmente vários diários, o mais importante dos quais é o matutino "Novidades". As suas posições não diferem muito das governamentais, ou da imprensa dos monopolistas salvo no noticiário mais pormenorizado sobre as cerimónias religiosas.

"As pessoas que nos lêem", escrevia a 28 de outubro de 1961 o "Diário de Lisboa", "e que frequentemente nos participam a sua estranheza, não podem ignorar a lei sob a qual vivemos e as limitações que nos são impostas, apesar das aparências sugeridas pelas facilidades prometidas".

A censura. Com efeito, ninguém a ignora. Basta ler um diário português para dar conta da sua existência. Adivinha-se nos rodeios indispensáveis à mais leve crítica. Nos suicídios transformados em acidentes, nas mentiras sem resposta, na inflação de notícias oficiais, nos artigos tantas vezes ambíguos. E sente-se sobretudo nas informações paupérrimas sobre a vida do País que parece ignorar as greves e as manifestações de descontentamento. Vê-se inclusive nos pequenos rectângulos que todos os diários são obrigados a publicar: "Este número foi visado pela Comissão de Censura". Não se trata de uma fórmula de rotina. É uma realidade que se traduz diariamente em grandes traços de lápis azul sobre as provas que lhe são enviadas. A censura corta e recorta e não é obrigada a dar explicações do que faz. É uma esfinge que só conhece as razões, por vezes misteriosas, da defesa de um regime impopular. Só a PIDE e o governo estão no segredo da interpretação. Em face da censura nem os jornais nem os jornalistas têm a menor possibilidade de defesa. O seu poder é discricionário.

(De "El Periodista Democrata", Órgão da OIP Organização Internacional dos Jornalistas", Maio de 1964).

Solidariedade aos Heróis de Per...
Um dos organizati...
portugueses...
namente...
é aquele...
to de ati...
interna e...
os preso...
mento de...
sembro p...
dos na F...
nal para...
ção de...
cação hoj...
proporçõe...
cional. A...
de patrio...
tistas e...
das...
sua simb...
gedia e...
de todo...
há 38 an...
Não ac...
revolta d...
de comov...
nam es...
acionado...
cia de t...
mo era i...
reprimiv...
mana ap...
sentimen...
rente co...
driedade...
fascista...
protesto...
esbirro...
O vell...
destaçã...
to dos r...
de água...
O pánie...
nova vi...
mais de...
da memo...
informa...
respon...
ser tra...
presidio...
rendo a...
lugar p...
protesto...
mano q...
presos...
enganar...
ri, ass...
maiores...
sociação...
novas v...
rão par...
cial fan...
pésos...
Ao p...
tas de...
co" pec...
não fal...
esses...
tas...
A J...
Gene...
Quar...
F.P.L...
volúnc...
supren...
solvem...
a func...
gel o...
berto...
Com...
tá pre...
lho da...
As i...
dela sã...
forças...
polític...
e, ao...
curso...
res pe...
no es...
I.R.P...
esta...
I.R.P...
prudê...
e, ao...
campo...
eia da...
Con...
I.R.P...
mais...
sição...
contri...
tre in...
Ma...
omiti...
J.R.P...
presid...
se —...
O...
habit...
go ca

Nolas e comentarios

Solidariedade aos Heróis de Peniche

Um dos setores em que o trabalho organizativo das forças anti-fascistas portuguesas vem apresentando ultimamente progressos mais acentuados é aquele que engloba todo o conjunto de atividades ligado à campanha interna e externa a favor da anistia dos presos políticos. O heroico movimento de protesto iniciado em Dezembro pelos democratas encarcerados na Fortaleza de Peniche foi o sinal para uma impressionante mobilização de espíritos e vontades que alcança hoje, decorridos seis meses, as proporções de acontecimento internacional. A tragédia que um punhado de patriotas vive nos presídios salazaristas e a coragem com que, mesmo atrás das grades se vem entregando à luta simboliza para o mundo uma tragédia e uma luta ainda maiores: as de todo o povo português submetido há 38 anos aos horrores do fascismo.

Não admira assim que os ecos da revolta dos heróis de Peniche, depois de comoverem Portugal inteiro, se tenham espalhado pelo mundo impressionando profundamente a consciência de todos os homens livres. Como era inevitável, formou-se uma irreprimível onda de solidariedade. Semanas após semanas, dia após dia, esses sentimentos traduziram-se numa corrente contínua de mensagens de solidariedade às vítimas da prepotência fascista e de cartas e telegramas de protesto endereçados a Salazar e ao esbirro que comanda em Peniche.

O velho ditador apavorou-se. A manifestação das famílias dos presos junto aos muros da fortaleza foi a gota de água que acabou por desorientá-lo. O pânico levou-o, contudo, a cometer nova violência contra os patriotas mais destacados do movimento. Nada menos de doze, segundo as últimas informações recebidas do nosso correspondente em Lisboa, acabam de ser transferidos para Caxias, outro presídio de sinistro historial. Recordando a esse expediente, imagina Salazar por ponto final na campanha de protesto contra o tratamento desumano que a PIDE aplica aos patriotas presos. Está, porém, redondamente enganado. Essa campanha prosseguirá, assumirá proporções cada vez maiores. Novos sindicatos, novas associações de estudantes e intelectuais, novas vozes, em coro imenso, se unirão para exigir o fim do terror policial fascista e a liberdade de todos os presos políticos portugueses.

Ao prestar homenagem aos patriotas de Peniche, "Portugal Democrático" pede a todos os seus leitores que não faltem com a sua solidariedade a esses heroicos combatentes antifascistas.

P. D.

A J.R.P. e o General Delgado

Quando a 2.ª Conferência da F.P.L.N. resolveu criar a Junta Revolucionária Portuguesa como órgão supremo da Oposição no exterior, resolveu também que ela só começaria a funcionar depois que chegasse a Argel o seu presidente, General Humberto Delgado.

Com a iminência dessa chegada, está prestes, pois, a iniciar-se o trabalho da J.R.P.

As tarefas que a J.R.P. tem diante dela são difíceis e complexas. Exige esforços de toda a ordem, muito tacto político e, simultaneamente, prudência e audácia. Nunca existiu, no decurso de tantos anos de lutas populares pela Democracia, um organismo no exterior igual ou semelhante à J.R.P.. Esta ausência de precedentes, esta inteira novidade por parte da J.R.P., é uma ponderável razão para a prudência de que deverá dar provas e, ao mesmo tempo, um auspicioso campo aberto para a desejável audácia da sua futura actuação.

Conta a F.P.L.N., e portanto a J.R.P., com o apoio das correntes mais progressistas e activistas da Oposição portuguesa e nesse apoio encontrará certamente a J.R.P. uma fonte inesgotável de vitalidade política. Mas não seria correcto nem justo omitir o papel que no trabalho da J.R.P. será desempenhado pelo seu presidente, sem o qual — pode dizer-se — ela não existiria por agora.

O Gen. Humberto Delgado é ainda habitualmente considerado como antigo candidato à presidência da Repú-

blica e não deverá, na verdade, esquecer-se o relevante marco que a sua campanha eleitoral ficou a assinalar no processo das lutas anti-fascistas pela libertação nacional. Mas desde há muito que ele tem o direito de ver relegada para segundo plano essa antiga qualidade de ex-candidato presidencial. Se o Gen. Humberto Delgado tivesse sido empossado na presidência da República, para a qual, sem dúvida, foi eleito pela grande maioria dos portugueses arrolados no recenseamento eleitoral salazarista, ele teria, segundo os compromissos que tomou, desempenhado essas funções apenas por um ano. E mesmo que o fascismo não existisse e a eleição de um democrata para a presidência da República não devesse dar lugar pouco depois a uma Assembleia Constituinte, o Gen. Humberto Delgado, eleito para um mandato de 7 anos, estaria dentro em breve a entregar o cargo ao seu sucessor.

Ora, o General tem hoje uma qualidade política mais actual e importante do que a de ex-candidato presidencial, que é a de ser, incontestavelmente, a personalidade democrática com maior prestígio em Portugal e no exterior. Este prestígio provem, em primeiro lugar, do facto de o Gen. Humberto Delgado, após a sua candidatura, em vez de se ter considerado reformado por conta do governo ou na reserva por conta da Oposição, se haver funcionalizado politicamente e vir desenvolvendo desde Junho de 1958 uma actividade patriótica cuja intensidade, quaisquer que sejam os motivos de eventual discordância quanto a esta ou àquela acção, não tem paralelo com a de nenhum outro dirigente oposicionista que se não tenha funcionalizado. Em segundo lugar, as actuais posições do General em face dos problemas mais prementes do povo português colocam-no no ponto de convergência das linhas políticas das correntes democráticas que integram a F.P.L.N.: é assim com referência à necessidade de uma insurreição popular em Portugal para o derrubamento do fascismo salazarista; com referência ao problema da unidade anti-fascista e combatente das diversas correntes oposicionistas; com referência à luta dos povos coloniais pela sua independência e ao interesse do povo português em que ela lhes seja assegurada o mais cedo possível, e a respeito de muitos outros problemas nacionais.

A J.R.P. conta, pois, com as condições subjectivas necessárias para a perfeita eficiência do seu funcionamento. Esperemos, porque temos todas as razões para isso, que em face de outras condições já existentes ou que venham a criar-se como resultado do próprio trabalho dela, a J.R.P. preste ao povo português os altos serviços para que foi constituída.

M. S.

Engôdo Salazarista

Em obediência a uma ordem do regente, o côro afinado dos agentes de Salazar no Brasil vem esgotando os pulmões numa cantilena que visa, afinal, ao objectivo que o fascismo português persegue há anos com tenacidade mas sem êxito: a conquista do apoio do governo brasileiro para a sua política colonialista.

Houve apenas uma mudança de tática. Desta vez, o lobby salazariano enveredou por um caminho sinuoso. Ante o malogro dos processos directos, procura utilizar-se de poderosos grupos industriais, engodando-os com a promessa de negócios mirabolantes que osa guardariam na "África portuguesa". No próprio Congresso já foi proclamado que "pela mão de Portugal" (sic) a indústria brasileira pode entrar no continente negro e conquistar uma sólida posição nos seus mercados.

É obvio que o problema das relações económicas do Brasil com a África pouco ou nada interessa a esses porta-vozes de Salazar. O que pretendem é tão somente levar o governo, sob a pressão de grupos económicos esperançados em negócios da China, a modificar a sua política africana, favorável à autodeterminação dos povos coloniais. Seria esse o preço da abertura dos mercados de Angola e Moçambique a uma grande variedade de bens de consumo que a indústria brasileira tem hoje dificuldade crescente em fazer absorver pelo mercado interno.

Política e economicamente, a tese é tão absurda que só poderia germinar num cérebro desequilibrado ig-

norante dos sentimentos do povo brasileiro e das mais comezinhas realidades da conjuntura africana. Não desconhece a opinião publica deste país aquilo que o decrepito ditador insiste em ignorar, isto é, que Angola e Moçambique não são uma fazenda perpetua da oligarquia fascista portuguesa e dos monopólios internacionais que a sustentam (e que seriam, aliás, os primeiros a opor-se às ofertas salazarianas). Um dia virá em que o governo brasileiro poderá lançar as bases de um proveitoso intercâmbio, tanto cultural como económico, com as nações irmãs que em África vivem sob o jugo do fascismo. Mas esse dia só chegará quando os interlocutores do Brasil forem os legítimos representantes das populações hoje oprimidas pelo fascismo salazarista. Falar de negócios com Angola e Moçambique antes que alcancem a independência é simples manobra mistificadora para servir Salazar.

Isto quanto aos argumentos. No que respeita à linguagem, activos agentes do fascismo salazarista não podiam ser mais desastrosos ao carregar na velha tecla sentimental. A comunidade luso-brasileira não assenta os seus alicerces no terror policial e no genocídio. Abomina-os. Ambos os povos amam muito a sua dignidade e a sua liberdade para que seja possível qualquer entendimento a uni-los que não as preserve.

M. U. R.

A U.D.P. DIRIGE-SE A NASSER E KRUSCHEV

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, ao tomar conhecimento das referências à luta contra o colonialismo português contidas no comunicado conjunto publicado no Cairo no encerramento da visita à RAU do primeiro ministro soviético, enviou ao presidente Gamal Abdel Nasser a carta que abaixo reproduzimos:

"Excelencia:

Foi com a maior atenção que a Unidade Democrática Portuguesa — organismo que congrega os democratas portugueses do Brasil — acompanhou as recentes conversações que V. Exa. manteve com o primeiro-ministro da União Soviética durante as quais foi ventilado o problema do colonialismo e a forma de reforçar o apoio moral e material dos vossos países à luta pela libertação nacional dos povos de Angola, Moçambique e da Guiné dita portuguesa. Como V. Exa. certamente sabe, a Oposição democrática portuguesa, através da Frente Patriótica de Libertação Nacional, tem posição fixada a favor da autodeterminação e independência daquelas colonias. Entretanto, e porque amplos setores da opinião pública africana, mal informada sobre a questão, não estabelecem por vezes a necessária distinção entre as posições do governo fascista de Salazar e os sentimentos do povo português em relação à guerra colonial, a UDP considera oportuno precisar os seguintes pontos:

I — O reconhecimento do direito dos povos das colonias portuguesas à autodeterminação e independência é hoje um dos aspectos centrais da luta que os democratas portugueses travam contra o regime fascista que os oprime.

II — O incremento da propaganda anticolonialista em Portugal, o crescente numero de ações de resistência dos militares contra as guerras coloniais, e o apoio emprestado (e expresso em memoriais enviados às Nações Unidas) pela emigração democrática portuguesa às Resoluções do Conselho de Segurança de Julho e Dezembro de 1963 que condenaram o colonialismo português traduzem de modo inequívoco a posição do povo português em face da política africana do fascismo salazarista.

III — Uma das resoluções da II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, realizada em janeiro passado algures na Europa, salienta a necessidade de mais estreitos contactos, cooperação e ajuda mútua entre a F.P.L.N. e os movimentos nacionalistas das colonias portuguesas, sublinhando que os povos das mesmas e o povo português são solidários e aliados naturais na luta contra a ditadura fascista de Salazar.

A emancipação dos povos das actuais colonias portuguesas é, assim, um dos aspectos principais da luta de

O COMERCIO EXTERNO BALANÇO DE UM DESASTRE

Fernão Barros



Postais como os que a nossa gravura reproduz circulam em Portugal e no Mundo exigindo a amnistia e a extinção do Tarrafal.

Nunca é demais insistir, principalmente para os portugueses que vivem no estrangeiro, na demolição do mito económico que o salazarismo representa. As análises mais recentes da situação do nosso país, sob este ponto de vista, mostram que a miséria do povo português não é consequência de deficiências naturais ou da pobreza do nosso solo, como o Estado Novo pretende, mas de erros flagrantes da direcção da economia nacional. Neste campo, até a Espanha, que se achava no mesmo atraso que Portugal, justificado no entanto por uma guerra civil destruidora da estrutura da produção e logo depois por sanções económicas que lhe dificultaram o ressurgimento, se acha hoje em marcha rápida para alcançar, nos setores industrial e agrário, os restantes países europeus. Só Portugal se mantém num atraso conflagrador, que se traduz na nossa posição aviltante de país com o mais baixo nível de vida da Europa.

Para comprovar o que afirmamos, veremos hoje algumas consequências da política desastrosa de Salazar, no que se refere ao Comércio Externo. Nos últimos dez anos, entre 1953 e 1963, a nossa balança comercial tem apresentado, sistemática e progressivamente déficits alarmantes, que Salazar disfarça graças à compensação artificial e falsa dos saldos positivos dos invisíveis e da balança de capitais. O saldo negativo da nossa balança comercial vem a agravar-se de tal forma que em 1963 apresentou um aumento de 108% em relação a 1953! Em 1961 esse deficit atingiu a cifra recorde de 9.494.000.000 de escudos: nesse ano as exportações cobriram apenas 50% das importações. E isto precisamente num período em que, como consequência do natural aumento da capacidade de produção do país, seria de esperar que as exportações aumentassem e cobrissem portanto esse deficit. Procurando desculpar esta política catastrófica, os serviços de propaganda de Salazar afirmam que o aumento do deficit se deve a uma pretensa política de industrialização, em consequência da compra de máquinas-ferramentas e outros bens de produção que beneficiariam mais tarde o país. Esta afirmativa é totalmente falsa. Se analisarmos com cuidado as rubricas de importação e exportação verificaremos que o deficit resulta, sim, de uma total falta de previsão e de planificação. Portugal acha-se numa situação paradoxal, que é a pior das situações: o país segue uma política de economia dirigida, e o governo impõe restrições à iniciativa privada, sem contudo oferecer à nação os benefícios que a planificação pode acarretar. Assim, até alguns artigos de posição tradicionalmente forte na nossa economia, como por exemplo as conservas de peixe, acusam, por falta de organização, sensíveis baixas na exportação: em 1963 Portugal exportou menos 94.000 contos de conservas do que em 1962 (ou seja menos 8%).

Por outro lado, a posição política do nosso país, o regime fascista, o cerceamento das liberdades, impedem a nossa aproximação, ou o maior aproveitamento das trocas, com blocos de países que nos proporcionariam maiores vantagens do que aqueles a que Salazar se acha ligado. Assim, o Mercado Comum Europeu, a que o Estado Novo não tem podido aderir devido à sua estrutura fascista, registrou entre 1962 e 1963 um aumento na importação de produtos portugueses, revelador do interesse que a nossa economia lhe merece. As tentativas que Salazar tem feito para entrar no M.C.E. mostram que também ele compreende os benefícios que essa adesão nos traria. Mas como seria possível que o M.C.E. nos admitisse no seu seio com a estrutura arcaica e feudal que nos rege? Uma zona económica que mereceria também maior atenção é a da Europa Oriental, a qual, apesar das provocações de Salazar e das dificuldades apresentadas, nos comprou em 1963 mais 18,2% do que em 1962 e nos vendeu apenas mais 0,8% no mesmo período, deixando-nos portanto numa situação de excepcional saldo positivo.

Os elementos que apresentamos mostram que, no sector do comércio externo como em tantos outros, a acção de Salazar é nefasta. Chegou a hora da burguesia nacional compreender que o esforço de industrialização do país, para o qual ela está disposta a concorrer, não poderá produzir os seus frutos enquanto se mantiver no poder a clique salazarista. Portugal, repetimos, é o único país que não aproveitou o surto de progresso que se verificou na Europa nos últimos anos.

Pequenas Noticias

● É na Ilha das Flores, do Arquipélago dos Açores, que vai ser instalada a estação de rastreio de satélites e mísseis de longo alcance prevista no acordo que Salazar assinou com o governo francês. Na pequena ilha principiará já a ser tomadas precauções relativas ao desembarque de material altamente secreto.

● As visitas a Portugal de altos comandos da nova Wehrmacht prosseguem. O ultimo convidado foi o general Wilhelm Albrecht, chefe dos Serviços de Saude das Forças Armadas da Alemanha Ocidental.

● Nos termos dos acordos luso-germânicos vai intensificar-se a exportação de trabalhadores portugueses para a Alemanha Ocidental. O numero de operários portugueses naquele país ascende já a 30.000.

● Segundo informações recebidas de Dar-Es-Salaam, no Tanganika, Salazar teria oferecido a Washington o porto da Beira para base permanente das forças navais norte-americanas no Oceano Índico.

● O conhecido jornalista fascista francês Henri Benazet, de "L'Aurore", foi convidado por Salazar a visitar Angola e Moçambique. Salienta-se que nem um só jornalista estrangeiro recebeu ainda convite para visitar a Guiné.

● Na cidade da Beira são audíveis as explosões dos trabalhos a que procede presentemente na Baía de Sofala a empresa norte-americana concessionária da prospecção e exploração de petroleo. Nada se sabe sobre a marcha dos trabalhos.

● Já assumiu as funções de governador geral de Moçambique o general Costa Almeida.

● Mais de 99% dos 60.000 automóveis de passeio existentes em Angola pertencem à minoria branca da população.

● As actividades ligadas à caça constituem motivo de constante preocupação para as autoridades moçambicanas. A colónia fez-se representar com um luxuoso "stand" na exposição cinegética de Florença. De outro lado, industriais e aristocratas espanhóis deslocaram-se expressamente de Madrid para participarem numa caçada na Chembra.

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

ANGOLA

GUERRA CONTRA O GOVERNO FASCISTA, MÃO ESTENDIDA AO POVO PORTUGUÊS

No Boletim n.ºs 4-5 do Comité Executivo da F.N.L.A., que agrupa várias forças nacionalistas angolanas entre as quais a U.P.A., lêem-se os seguintes passos:

"Chegou o momento das mulheres e dos homens europeus de Angola conceberem o seu futuro não em função de um domínio que se tornou caduco, mas em função das realidades da Angola do século XX e da coexistência com o povo angolano, nos quadros de um Estado nacional e livre. O Governo Revolucionário de Angola no Exílio está decidido, por seu lado, sem nenhuma ideia preconcebida, a examinar com um espírito de responsabilidade total os problemas postos pela minoria europeia e de lhes aplicar soluções justas, inspiradas por um lado nas peculiaridades objectivas de Angola e por outro lado no espírito realista da nossa época. Esta minoria difine-se em relação à maioria dos habitantes de Angola. Esta maioria deve, para evitar qualquer equívoco, ser definida. Ela possui características próprias, as quais se configuram numa cultura nacional de origem bantú. A verdade é, portanto, simples. Existe de um lado um povo, o povo angolano, cuja personalidade nacional não pôde ser destruída pela opressão colonial, que luta para restabelecer a sua dignidade e a sua independência, e de outro lado a minoria europeia que se diferencia dele pela sua origem, a sua língua, as suas tradições. O que nós chamamos de problema da minoria europeia em Angola consiste essencialmente na procura de novas formas de coexistência entre esta minoria e o povo angolano, em conformidade com os imperativos da descolonização. (...) Vinhamos, todavia um facto histórico importante: a insurreição angolana não é uma explosão sentimental, racista, anti-europeia. Ela eclodiu depois de uma vida em comum com Portugal durante 479 anos. (...) Nós, angolanos, fazemos a guerra, uma guerra que nos foi imposta depois de nos terem sido recusados todos os meios pacíficos de realizar as nossas aspirações. Nós fazemos a guerra pela independência, mas estamos prontos a fazer a paz. Pensamos que uma solução democrática, pacífica e negociada é possível, no quadro da autodeterminação do povo angolano. Os portugueses devem ter o realismo de compreender que esta solução é a única conforme aos seus interesses. A guerra que fazemos é uma guerra contra o colonialismo e não contra o povo de Portugal, tal como a África inteira está mobilizada contra as forças imperialistas e colonialistas da Europa e da América e não contra os respectivos povos. (...) O Governo Revolucionário de Angola no Exílio lembra que as garantias para uma livre consulta do povo angolano não deverão ser fixadas unilateralmente. Elas deverão ser fixadas pelas duas partes em conflito. Nenhum outro estatuto poderá conduzir à paz em Angola. Ao contrário, ele só prolongaria a guerra. (...) Dos dias vindouros dependem não sómente a paz mas também o futuro das relações luso-angolanas. Nós sabemos que o povo português quer a paz e que uma grande maioria dele considera a independência de Angola como a única solução adequada aos seus próprios interesses, bem compreendidos".

CONDIÇÕES PARA A PAZ

O C.E. da F.N.L.A. recorda também, mais uma vez, as suas condições para paz em Angola, que são, aliás,

Holden Roberto e a Oposição Portuguesa

O presidente do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, sr. Holden Roberto, pronunciou um importante discurso por ocasião das comemorações do 3.º aniversário da Revolução Angolana, do qual extrairmos os seguintes passos:

"A Junta Democrática Portuguesa, que luta contra a ditadura de Salazar, acaba de dar a conhecer, sem equívocos, que apoia incondicionalmente a nossa luta.

Regozimo-nos plenamente com o facto, tanto mais que nem sempre assim aconteceu, apesar de termos sempre feito questão de afirmar que não tenhamos nenhuma inimidade para com o povo português. É com satisfação que verificamos que democratas portugueses compreendem enfim que a nossa luta e a deles estão ligadas. É muito provável que o regime de Salazar não sobreviva à independência de Angola, e que a nossa independência coincida com a libertação do povo português.

Esperamos que a Junta Democrática Portuguesa extraia todas as consequências desta situação e sele concretamente o nosso acórdio contra a ditadura de Salazar".

as contidas nas várias recomendações da ONU sobre o assunto:

"1.º — Aceitação por Portugal do princípio enunciado na resolução da Assembléa Geral das Nações Unidas n.º 1514, recomendando às potências coloniais, especialmente a Portugal, o reconhecimento aos territórios sob seu domínio do direito à autodeterminação e à independência.

"2.º — Amnistia geral e libertação de todos os presos políticos, em conformidade com a resolução da Assembléa Geral das N.U. n.º 1654, 27-11-61 e n.º 1741, de 30-1-62.

"3.º — Retirada de todas as forças ditas de "pacificação".

"4.º — Discussão sobre as negociações e a transmissão do poder, em conformidade com as resoluções da Assembléa Geral e do Conselho de Segurança das N.U."

TRES ANOS DE GUERRA

Em pleno 4.º ano de operações militares em Angola, apenas a propaganda salazarista se esquivava a reconhecer os importantes êxitos alcançados pelas forças nacionalistas, tanto no campo militar como político.

Guerrilhas do Exército de Libertação Nacional de Angola desenvolvem actualmente a sua actividade em quasi todas as regiões estratégicas do território angolano. Desde Dezembro passado, as forças nacionalistas operam a mais de 200 kms. ao sul de Luanda. Recentemente, uma nova zona operacional foi estabelecida em Andulo. Em breve, segundo fontes fidedignas, outra zona operacional será aberta perto da fronteira kanganese. Desse modo, será posta directamente sob fogo a região industrial mais importante do país.

Na zona norte, as operações militares alargam-se ininterruptamente, controlando os nacionalistas amplas partes do território compreendido entre Santo António do Zaire, Dembos e Sanza Pombo, por um lado, e Duque de Caxias e Malange, por outro lado. Em Cabinda, as perdas salazaristas têm sido cada vez maiores, pois o ELNA conta aí com material pesado, tendo as suas forças sido ultimamente reforçadas. Especialmente nas regiões de Buco-Zau e Nacuto vários postos administrativos foram já colocados fora da administração salazarista.

Isto quanto ao aspecto militar. Sob o ponto de vista político, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio tem obtido importantes triunfos. Em janeiro passado, os seus representantes foram admitidos, pela primeira vez, na qualidade de observadores, no Conselho Cultural da Organização da Unidade Africana, reunido em Leopoldville. Em fevereiro, o Conselho de Ministros dos Negócios exteriores da OUA, reunido em Lagos (Nigéria) resolveu por unanimidade admitir no seu seio o GRAE, também na qualidade, é claro, de observador. Pela primeira vez, a bandeira de Angola combatente juntouse, desfraldada, às dos 33 países independentes de África.

Outros êxitos foram ainda obtidos pelo GRAE, fora dos organismos da OUA. Assim, a 6.ª Sessão da Comissão Económica das Nações Unidas reabriu-se, em fevereiro passado, por unanimidade, associando Angola e Moçambique combatentes, através dos seus organismos legitimamente representativos, aos seus trabalhos. Finalmente, o GRAE será oficialmente convidado a participar da 2.ª Conferência de Bandoeng e da 2.ª Conferência de Belgrado.

Apenas, pois, como dissemos, a propaganda oficial salazarista pretende esquecer todas estas derrotas do colonialismo salazarista, tentando fazer acreditar à opinião pública internacional que a guerra terminou, para assim afastar a condenação que sobre ela pesa por parte dos países civilizados.

É de recordar, a este respeito, que já em setembro de 1961, seis meses somente após a abertura das hostilidades, a Agência France-Press informava, de Luanda, que "as autoridades portuguesas tinham decidido não voltar a fornecer notícias nem a dar largas informações sobre os combates".

É num esforço desesperado para obter "êxito" para esta política de mentiras e silêncios, que recentemente as autoridades salazaristas proibiram rigorosamente a fixação de jornalistas estrangeiros em Angola.

A guerra, porém, prossegue e apenas os cegos poderão desconhecer o desfecho inelutável que ela terá.

NOVOS COMBATES

Próximo de Nambuangongo, 30 soldados portugueses foram mortos e 10 feridos, em recente encontro com as forças do ELNA.

Na região de Dange, 7 plantações foram sucessivamente atacadas pelos nacionalistas angolanos.

O barco "Mayombe", da Sociedade de Cabinda, foi também atacado, no rio Chiloango, perto da fronteira de Luuli, tendo sido mortos 22 dos 25 soldados que escoltavam, no navio, o carregamento de madeira que ele transportava.

15 milicianos salazaristas foram atidos em Fubo, distrito de Cabinda, tendo sido conquistado numeroso material de guerra, de proveniência norte-americana e britânica.

Mais 8 soldados portugueses foram mortos em violentos combates perto de General Machado, localidade situada na região de Andulo.

Um comboio de mercadorias foi destruído pelos nacionalistas entre Quizenga e Cacusio.

Por fim, chegaram também notícias de que os postos militares portugueses de Lufuma e de Cuango, após um combate feroz que durou 48 horas, foram conquistados pelas forças do ELNA.

NOVAS NEGOCIATAS

Entretanto, com a guerra, novas negociatas têm lugar. Nem poderia deixar de ser assim, pois a guerra salazarista prossegue, precisamente, para, isso: para que o sangue dos soldados portugueses adube os negócios feitos pelos tubarões salazaristas e estrangeiros.

Assim, no sector mineiro, está em curso a realização de um novo empreendimento: a exploração de grandes jazidas de ferro em Cassinga, a 400 kms. de Sá da Bandeira, a qual será levada a efeito pela Companhia Mineira do Lobito, que explora já outras jazidas na mesma região. A nova exploração produzirá por ano um milhão de toneladas de minério, que será previamente vendido pela Companhia Mineira do Lobito a um consórcio internacional composto por empresas da R.F. Alemã, da França, da Bélgica e da Itália, sob a direcção da tristemente célebre Krupp.

MOÇAMBIQUE

APELO AOS PORTUGUESES

O Boletim n.º 7 da FRELIMO publicou o seguinte apelo aos portugueses em geral e, especialmente, aos de Moçambique:

"(...) Nós queremos destruir o sistema que oprime, que explora o nosso povo e o nosso país. Portugueses: O nosso povo vê hoje esgotadas todas as possibilidades de alcançar a independência pacificamente, através de negociações. O governo fascista de Salazar não nos deixa outro caminho a não ser o da luta armada. E nós estamos decididos a lutar até ao fim, porque a independência e a liberdade são bens supremos a que nenhum povo consciente e digno pode renunciar. No vosso próprio país, durante os vários períodos da História em que estivesse submetidos à dominação estrangeira, os ideais estiveram sempre presentes e levaram-vos a expulsar os opressores, pela força. Compreendei, portanto, que a nossa luta é fatal e inevitável, porque é justa e legítima. Neste momento decisivo em que um conflito armado entre os moçambicanos e os seus opressores está em vias de se concretizar, importa que os portugueses em Moçambique definam com nitidez a sua posição. Não confundiremos os homens com o sistema. A nossa luta é dirigida contra a máquina colonial. E, assim, o português que se recusa a pegar em armas para matar o nosso povo, nada sofrerá. O soldado português que depuser as armas para não participar na guerra colonial em Moçambique, será bem acolhido pelos nossos militantes. Tal é

a posição da FRELIMO. Os princípios democráticos que no passado inspiraram o vosso povo e são hoje contrariados por um governo fascista, o vosso próprio interesse, impõe-vos uma atitude clara, contra a política colonialista que desde há séculos nega ao nosso povo os direitos mais elementares. A FRELIMO espera de vós uma posição concordante com as aspirações do povo moçambicano.

POEIRA NOS OLHOS

Moçambique tem uma população de 7 milhões de habitantes; os portugueses são cerca de cem mil. Pois bem, todos os membros do governo da colónia e dos órgãos que administram Moçambique são "eleitos" só pela população portuguesa. Para salvar as aparências, para dar a impressão de que os moçambicanos não estão totalmente ausentes da estrutura do governo da colónia, o governo salazarista faz intervir DOIS africanos no Conselho Legislativo da colónia. Mas a situação não se altera: por um lado, porque eles não são eleitos, mas nomeados pelo governador e, nessa medida, não representam de modo nenhum o povo moçambicano; por outro lado, por que este Conselho tem 24 vogais...

GUERRA IMINENTE

Tentando evitar qualquer ataque de surpresa, por parte dos nacionalistas, mais cinco companhias militares foram recentemente enviadas pelo governo de Salazar para a circunscrição de Mueda.

GUINE

A MISSÃO DO "PACIFICADOR" SCHULTZ

Comentando as modificações introduzidas por Salazar no aparelho administrativo e militar da Guiné dita portuguesa, o secretário geral do P.A.I.G.C. declara em comunicado distribuído à imprensa internacional no dia 1 de Junho:

"Enraivecido pelas derrotas infligidas às tropas portuguesas durante a

estação seca, Salazar cuja camarilha se debate em conflitos cada dia mais tempestuosos por causa da situação do rosso país, decidiu passar por cima do Ministro do Ultramar e concentrar nas mãos de uma só pessoa a sua confiança absoluta, e no Palácio de Bissau, todos os poderes civis e militares. É a volta à época das conquistas, da "pacificação" e da ocupação. Mas o novo "pacificador", o general Arnaldo Schultz, ex-ministro do Interior e "herói" de Angola, onde acaba de deixar as funções de comandante operacional — terá perante si um povo sólidamente unido em torno de um Partido decidido a varrer do solo da nossa Patria o jugo colonial. A degola a que acaba de proceder o governo português constitui a prova mais evidente da difícil situação em que se acham as forças de ocupação, apesar dos seus 20.000 homens, do material moderno e dos bombardeamentos com napalm".

FARIM PRATICAMENTE CERCADA

Após o malogro rotundo da acção empreendida contra a ilha de Como, as forças colonialistas portuguesas desistiram praticamente de todas as operações ofensivas, procedendo ao reagrupamento das unidades derrotadas e dispersas pelos combatentes do P.A.I.G.C. Em contrapartida, os patriotas guineenses intensificaram as suas actividades em todo o território e particularmente no Norte, onde Farim se encontra completamente cercada por terra. Por outro lado, ao norte de Geba os comandos do P.A.I.G.C. obtiveram grandes êxitos nos meses de maio e junho, libertando numerosas povoações. O quartel de Cuntima foi assaltado por um grupo de guerrilheiros e destruídas as suas instalações. Em Sensabato, um contingente português foi cercado e, no decurso do combate que se seguiu, quase aniquilado pela aviação que largou as suas bombas no meio das forças que pretendia socorrer. Os patriotas guineenses, num gesto de humanidade, permitiram que helicópteros portugueses retirassem os mortos e feridos numa operação que durou tres dias.

Portugal: O Preço Exigido à Oposição

Já nos referimos no nosso jornal à publicação, com o título acima editada recentemente pelo Comité Britânico para a Amnistia em Portugal e elaborada pela Senhora H. Ward, devotada amiga da nossa Causa.

A Autora já esteve em Portugal, tendo nessa ocasião entrevistado vários ex-presos políticos, advogados e parentes de democratas portugueses ainda detidos às ordens da PIDE ou dos Tribunais Plenários. Este conhecimento concreto e actual da realidade prisional portuguesa tem permitido à Senhora Ward desmarcar prontamente todos os mistificadores da opinião pública britânica, desde o pessoal da Embaixada portuguesa até estranhas personagens como Lord Russell of Liverpool.

O folheto em causa é uma bem ordenada exposição dos vários aspectos policiais e judiciários do sistema repressivo salazarista, ilustrada com o relato de numerosos casos e depoimentos pessoais. Dele vamos extrair a introdução e os parágrafos finais: "Durante cerca de 37 anos, o ditador português Dr. Salazar tem mantido o seu regime no poder mercê de um sistema repressivo que, até muito recentemente, conseguira encobrir aos olhos do mundo. Contudo, no decorrer dos últimos tres anos, a opinião pública mundial tem vindo progressivamente a tomar consciência do não reconhecimento dos direitos humanos fundamentais, do desrespeito pela própria lei e das brutalidades do sistema. E apesar da pretensão de Salazar de ter garantido ao país 37 anos de "paz social" ininterrupta, Portugal é ainda hoje um dos países mais atrasados e de maior miséria na Europa.

"Rodeado por crescentes dificuldades, tanto no país como no estrangeiro, o governo português preocupa-se com oferecer ao mundo exterior uma "fachada sã", principalmente nos países de cuja ajuda económica e militar depende.

"Agências de relações públicas, tais como a organização O'Brien no Reino Unido e Salvage & Lee nos E.U.A. são alugadas para a encomiosa propagação e defesa das directivas de Salazar. De igual forma, diversos relatórios têm sido publicados com o intuito de minimizar e até mesma negar os maus tratos sofridos

dos pelos presos políticos em Portugal. Fazendo o possível para que as atenções incidam apenas na questão do tratamento dado aos presos, tais relatórios desviam, de facto, a atenção do problema mais importante, que é o da análise dos motivos por que estes homens são presos.

"O objectivo deste folheto é o de mostrar como, e por que razão, funciona em Portugal tal sistema repressivo. Assim, focaremos o aspecto primordial que é o de demonstrar que os maus tratamentos infligidos aos presos políticos é não só um facto irrefutável como também um fenómeno de raiz no próprio sistema.

"A despeito de todos os esforços do governo português, gente de todos os níveis sociais continua a opôr-se ao regime pela forma mais corajosa e activa.

"A campanha para a Amnistia dos presos políticos portugueses, que se iniciou em Portugal, tem-se alargado a outros países, não só na Europa como em todo o hemisfério ocidental. A opinião pública mundial tem-se tornando gradualmente mais consciente do que vem acontecendo a pessoas cujo crime é, muito simplesmente, o de exigir o reconhecimento dos direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

"Em Inglaterra, a campanha do Comité Britânico para a Amnistia em Portugal tem o apoio de dirigentes políticos e religiosos, dos mais famosos escritores, artistas e músicos, dirigentes e membros de organizações de trabalhadores, partidos políticos, cooperativas e outras organizações, corpor docentes e discentes de Universidades, assim como de indivíduos, homens e mulheres, espalhados por todo o país.

"Quanto maior pressão se exercer, tanto sobre as autoridades portuguesas como sobre o governo britânico, para obter ao tradicional apoio inglês a Portugal na OTAN e na ONU, tanto mais depressa o povo português poderá usufruir de direitos democráticos, quanto aos quais nem já se discute na Grã Bretanha.

"Então, e só então, poderão os portugueses olhar os britânicos como seus mais antigos e verdadeiros aliados".

O Do Palco Moçambicano ao Presídio Salazarista

marilha lia mais situação por concen-ssoa da Palácio rís e m-las con- ocupa- ", o ge- istro do a, onde coman- ante si n torno rrer do onial. ceder o i prova ção em upação, do ma- eamen-

RCADA a ação Como, sas de- as ope- as re- rotadas les do os pa- am as rítório de Fa- te cer- do, ao os do êxito bertan- quartel or um ruidas sabato, ercado se se- viação meio er. Os to de helico- m os io que

Portu- que as uestão s, tais aten- tante, is por

o de , fun- pres- o prin- nstrar nfligi- io só mbém o sis-

os do los os se ao osa e

a dos te se rgado a co- ental. e tor- ite do cujo o de ceitos versal

a do a em- entes famo- diri- es de coo- cor- iver- duos, por

rcer, esas para és a tanto odo- icos, e na

por- como alia-

Catu-me há dias sob os olhos o programa da visita que o sr. Américo de Deus Tomás se apresta para realizar a Moçambique. Da leitura ficou-me uma sensação de profunda melancolia. Naquela interminável e meticolosa lista de acompanhantes, de solenidades, de discursos a serem pronunciados, de paradas, passeios na selva e actos simbólicos de soberania, em tudo, no tom, no estilo, na escolha dos homens e dos adjectivos, está presente a imagem do regime. Não é necessária uma imaginação viva para se assistir antecipadamente ao filme da viagem presidencial. No que se refere a pompas, tal como acontece em relação ao aparelho policial, seria uma injustiça negar a eficiência do fascismo. A farsa desenrolar-se-á com precisão quase matemática. O povo, tangido por uma infinidade de processos, encherá as ruas; os navios e os aviões chegarão no minuto exacto; haverá música, bastante côr local, muitos uniformes, senhoras bem vestidas e afirmações de portuguesismo que os rastejantes jornalistas da comitiva se apressarão a transmitir para a Metrópole em reportagens de comovido patriotismo. O pivô desta balburdia meticulosamente organizada será o pobre diabo que, metido numa farda de almirante, desempenha conchestamente o papel de presidente da República. Durante mais de um mês, ele e a sua corte fornecerão abundante alimento à máquina da propaganda fascista. O entusiasmo, evidentemente, primará pela ausência. Nos banquetes e garden parties, entre sêdas, libações e o finir das esporas, o calor humano estará presente. Mas as massas não participarão da comédia festiva. Quanto aos líderes do povo moçambicano, a brilhante comitiva esquecerá para e simplesmente que, no exílio ou encerrados nos cárceres da Pide, continuam a existir e representam o futuro. Uma coisa se pode prever desde já com absoluta certeza, o povo de Moçambique verá na presença do circo ambulante do sr. Tomás uma ofensa à sua dignidade e ao seu desejo de liberdade. Só forçado assistir-á ao grotesco espectáculo.

A melancolia que me dominou ante esse programa não advinha tanto de um sentimento de impotência em face do inelutável como da consciência de que a viagem-farsa em projecto tem atrás de si 38 anos de fascismo. É essa a grande tragédia do povo de Portugal: viver há quatro décadas sob um regime que impediu várias gerações de se realizarem e ilhou completamente a Nação, divorciando-a da marcha da Humanidade numa época histórica marcada por prodigiosas transformações. Por maiores que sejam as vitórias que o povo português alcance nos próximos anos — e eu acredito que elas serão imensas em todos os campos — as sequelas do fascismo são profundas demais para que possamos ignorá-las. Todas as tentativas de diálogo do fascismo com a massa malograram de modo rotundo, e, mesmo entre as camadas da população com acesso à cultura, a penetração do arremedo de ideologia do regime foi sempre insignificante, praticamente nula. Mas se a obra doutrinatora e mistificador não atingiu os seus objectivos, nem por isso se revelaram menos graves as consequências do funcionamento da engrenagem da mentira e da violência. Principalmente entre a pequena burguesia. O terror policial gerou uma psicologia colectiva que barrou à grande maioria o caminho de uma realização harmoniosa. É verdade que nos últimos anos, sob o impacto emocional das lutas heróicas da classe operária, o medo, mesmo nos setores onde se encontrava mais enraizado, se atenuou. Mas a combatividade nascente, ou a simples revolta de amplas camadas raras vezes saíram do terreno dos impulsos incontrolados para o das acções concretas. Ao diminuir ou desaparecer, o medo deixou em muitos um estranho vazio. Uns esbajam desordenadamente energias; outros, esmagados por uma sensação de impotência, baixam os braços e, renunciando a qualquer esforço organizado, entram num processo de alienação. Declaram-se anti-fascistas, proclamam nós cafés e nas ruas a sua rebeldia. Mas é tudo; o que é muito pouco.

Creio que se torna cada vez mais necessário chamar a atenção para os gravíssimos problemas decorrentes da alienação maior ou menor de boa parte da nossa pequena burguesia (sem excluir alguns intelectuais) em face da problemática do mundo contemporâneo e especialmente do momento histórico português. Poucos são os que têm a noção exacta do mal irreparável que nos advém de termos todos formado o espírito num País que se isolou do resto do Planeta nas décadas eminentemente criadoras e dramáticas que se seguiram a duas guerras mundiais e à Revolução Russa. O que é — pergunto — senão uma seqüela do processo de aniquilamento do indivíduo, a ilusão, comum em Portugal, de que é possível fugir-se a uma atitude diante do regime? Só num país onde o Estado procura reduzir o homem a uma situação de permanente menoridade se torna concebível esse receio de pensar, a renúncia voluntária ao direito de julgar. Como se fosse possível ser neutro em face de uma engrenagem como a salazarista. Não cometo a injustiça de arrolar como fascistas todos os portugueses que, embora declarando abominar a política, servem de um modo ou de outro, no Interior ou no Exterior, os interesses e a política do Estado fas-

MIGUEL URBANO RODRIGUES

cista; e admito, por exemplo, que muitos dos colonos que em Moçambique acorrem pressurosos a cumprimentar o sr. Tomás professem mesmo certo rancor pela administração salazarista. Isso não obsta a que, para todos os efeitos práticos, uns e outros funcionem como aliados do regime. Num Estado fascista não há neutralidade possível; toda a opção é sempre uma opção política. Política será, portanto, a atitude dos que assistirem aos banquetes e recepções em Moçambique; político será o gesto dos jornalistas que se prontificarem a fazer a reportagem da viagem presidencial; política a colaboração de qualquer intelectual em iniciativas culturais do governo; política toda a missão oficial no Estrangeiro; política a comparação a uma cerimónia, a uma festa promovida pelo Estado fascista. O fôso existe, é profundo, intransponível. Ninguém tem o direito de ignorá-lo. Ser patriota, no actual momento da vida portuguesa, é algo mais do que uma declaração de intenções, do que a simples oposição de palavras. Não são apenas os dirigentes da FPLN e os militantes que lutam na clandestinidade que têm responsabilidades perante si mesmos e perante a Nação. Cada democrata, cada oposicionista, pelo simples facto de se afirmar com tal, de reivindicar essa posição, assume automaticamente uma parcela de responsabilidade, uma reponsabilidade que entra no domínio do cotidiano, que envolve os seus menores actos, que abrange o campo das relações humanas, o local de trabalho, a própria esfera dos lazeres. Ser anti-fascista, para um português, na fase em que se encontra a luta, equivale a aceitar todas as implicações de uma ruptura total, absoluta, com o Estado de Salazar e aquilo que ele simboliza; é ocupar como soldado um posto de combate numa guerra que só pode terminar com a destruição do inimigo.

A alguns amigos e companheiros distantes soará estranhamente esta linguagem. E ela parecer-lhes-á tanto mais gratuita quanto vinda da emigração, afastada do contacto directo com a realidade objectiva portuguesa. Cabe lembrar-lhes, porém, que, embora o combate da emigração política não possa sofrer paralelo com a luta heróica diariamente travada pelos patriotas no proprio seio do Estado fascista, um campo há em que essa mesma emigração política se vem comportando de modo a erigir-se em exemplo para todos os democratas portugueses: o da aceitação plena de todas as consequências de uma firme atitude anti-fascista. Seja na Argélia, no Brasil, na Inglaterra, em França, na Itália, no Canadá, na Venezuela, no Uruguai, ou onde quer que se tenham formado núcleos de democratas exilados, a regra é a mesma: o rompimento completo com o Estado fascista, a guerra aberta, total ao seu aparelho e aos seus representantes e agentes. O preço dessa posição de coerência é alto. Só os que viveram muitos anos longe de Portugal estão em condições de avaliar o que custa uma opção que se traduz num exílio em cujo horizonte só há um clarão de esperança: a derrubada do fascismo. Isso, acrescido da condição de apátrida (para os que recusam a solução cômoda da naturalização) adquirida pela recusa de passaporte oposta nos consulados salazaristas, proibição às vezes extensiva a toda a família, incluindo filhos menores. A verdade amarga é que cada exilado morre lentamente em vida. E não volta uma juventude que sob o fascismo não pôde ser fruída.

Trinta e oito anos de fascismo! E o que vemos para além da viagem a Moçambique do abulico almirante Tomás. Até quando? De nós, de todos e de cada um, depende a resposta à pergunta que nos obceca. Resta-me acrescentar que se nestas considerações, alinhavadas à guisa de desabafo, não aludi ao campesinato e ao proletariado foi porque a heróica conduta dos operários e dos camponeses sem terra se transformou numa constante em todos os movimentos de massa, numa garantia antecipada de que uns e outros se encontram à altura da missão histórica que lhes cabe na insurreição popular que brevemente libertará Portugal do fascismo".



Aspecto da sessão pública de apoio à amnistia dos presos e exilados políticos ibéricos recentemente realizada em Mar del Plata, a que nos referimos no nosso número anterior. Ao microfone, o nosso compatriota e correligionário sr. José de Jesús Pina. Sentados, da esquerda para a direita, os srs. Prof. Bacigalupo, presidente da Organização local, Dr. Canal Feijó, presidente da Organização em Buenos Aires; Ficher Bauer, secretário local do Partido Democrata Progressista Argentino; e um delegado espanhol.

Um Jurista Italiano no Processo de Beja

Publicamos a seguir um interessante depoimento do jurista italiano Vincenzo Summa sobre o processo de Beja:

"Nos dias 28 e 30 de janeiro do corrente ano, assisti, no Tribunal Plenário de Lisboa, às duas sessões preliminares do Processo de Beja, sentado na banca da defesa, ao lado dos advogados dos 87 patriotas acusados de insurreição armada, e também a uma sessão do Tribunal Especial, ambos constituídos por juizes nomeados pelo Governo e ambos funcionando no Palácio da Boa Hora.

No dia anterior, os advogados de defesa com os quais tivera contacto, tinham-me prevenido que não acreditavam que eu fosse admitido como observador, nem sequer entre o público. De facto, sabia-se que o Tribunal, a pretexto da pequenez da sala, distribuiria os acusados e os defensores em três grupos a serem admitidos na sala em turnos sucessivos. Quanto ao sector reservado ao público, era de prever que ficaria, como de costume, ocupado por agentes e elementos ligados à PIDE. No dia da audiência, as ruas de acesso ao Tribunal, a entrada, pátios interiores, corredores e escadas, estavam vigiados por numerosíssimos agentes da PIDE, e por soldados fardados da Guarnição Nacional Republicana. Acompanhado por um dos advogados, consegui, a despeito da oposição de um sargento, chegar até junto do Gabinete do Presidente do Tribunal e convencer o chefe da Secretaria a anunciar-me ao Presidente, o qual, ao contrario do seu predecessor Silva Caldeira, permitiu que eu tomasse lugar no recinto reservado aos advogados.

Antes mesmo de se franquear a entrada na sala, já quase todos os lugares reservados ao público estavam ocupados pela Polícia. Os advogados, num gesto de cortesia e de deliberado desafio ao aparelho policial, convidaram-me a levantar-me do lugar que eu tomara discretamente na segunda fila e a sentar-me à frente, junto do advogado mais antigo. Em seguida perguntaram-me se eu desejava ser apresentado aos acusados. Confesso que tive um segundo de hesitação, pois temi que esse gesto ocasionasse a minha expulsão da sala e a proibição de voltar. Mas decidi que valia a pena correr o risco e dirigi-me decidido para os acusados, os quais, calmos e sorridentes, se levantaram, vieram ao meu encontro e me apertaram calorosamente, um por um, a mão.

ENCONTRO COM OS RÉUS

Ainda me parece mentira que eu tenha conseguido, mau grado o aparato policial, contactar os detidos. Mas o facto é que pude falar com Manuel Serra, ex-dirigente da Juventude Operária Cristã, o qual, de colaboração com o Capitão do Exército Varela Gomes, organizou e dirigiu a insurreição, e dizer-lhe que a Itália democrática estava nesses dias com eles, e Manuel Serra pôde manifestar-me, em comovidas palavras, a sua gratidão e a dos seus companheiros. Entre eles, Edmundo Pedro, várias vezes preso e detido durante longos anos em cárceres e campos de concentração, dirigiu-se-me sem temor de ser ouvido pelos guardas próximos e em voz firme denunciou os maus tratos que ele e os companheiros tinham sofrido na prisão e contou o caso de um deles apanhado em Espanha pela propria PIDE e trazido para Portugal

directamente, sem qualquer medida de extradição. Não menos ativa e digna foi a atitude dos advogados em relação à assistência onde predominava a Polícia, pois até ao começo da audiência permaneceram junto aos acusados, conversando cordialmente com eles e abraçando-os de vez em quando fraternalmente.

A forma como decorreu a audiência foi para mim uma surpresa, pois não ignorava as flagrantes violações dos direitos da defesa, o clima de provocação e de violência moral instaurado nas sessões decorridas sob a presidência do juiz Caldeira pelos juizes Cardoso Mendes e Simões de Carvalho, bem como em diversas ocasiões passadas, a ponto dos advogados de defesa se verem obrigados a abandonar a sala em sinal de protesto.

O INICIO DA 1.ª AUDIENCIA

O facto é que os advogados conseguiram reconquistar o direito de expor a sua argumentação sem restrições de tempo, nem de fundo, e têm exercido esse direito com grande firmeza e coragem. Essa argumentação, em princípio de direito processual, girava na realidade em torno de problemas de política não apenas judiciária, e tinha como objetivo a reivindicação sem equívocos nem compromissos do respeito dos direitos da defesa garantidos pela Constituição.

1) A primeira argumentação defendia a ideia de retirar ao Tribunal Plenário a capacidade de decidir da sentença, dadas as evidentes ligações daquela instância com o Governo, e de confiar essa capacidade ao Tribunal Militar Territorial, visto as acusações mais graves pesarem sobre militares no activo na altura dos acontecimentos em causa.

O Tribunal escusou-se, baseando-se numa decisão anterior do Juiz Insturor, o qual, perante o recurso de um dos defensores, não hesitou em afirmar, de acordo com as directivas do Poder Executivo, a competência do Tribunal Plenário.

2) A segunda argumentação dizia respeito à nulidade em vista da violação das regras relativas à publicidade da audiência.

Os advogados denunciaram abertamente a presença na sala de cerca de 100 agentes da Polícia e o bloqueio feito por eles à entrada, tornando impossível aos cidadãos e aos proprios familiares dos réus assistirem ao processo.

MAIS POLICIAS DO QUE PÚBLICO...

O Presidente, depois de consultar rapidamente dois juizes, convidou os jornalistas presentes a levantarem-se e desses contou 17, entre os quais estava o nosso compatriota Augusto Livi (a maioria porém era composta de jornalistas portugueses afectos ao regime); ordenou em seguida à polícia que abrisse as portas e que deixasse entrar quantos pudessem acomodar-se nos poucos lugares e coxias livres (entraram mais umas 20 a 30 pessoas); finalmente apresentou-me aos advogados e ao público, proclamando que a minha presença nos debates era a prova evidente da isenção do Tribunal.

A atitude dos advogados portugueses contribuiu sem dúvida a impor ao Tribunal um maior respeito das normas usuais, pois na audiência seguinte (Continua na pag. 6)

Portugal Democrático

Em resposta ao reiterados apelos que temos feito para uma ajuda mais efectiva ao nosso jornal, recebemos as seguintes contribuições:

- Colectividade caboverdeana da Argentina US\$ 8,00
- José Tejeira Barros Morgado (Alemanha) DM 20
- Democratas Portugueses na Suíça:
- Germano Ferreira da Costa FRS. 10
- Luis Manuel FRS. 5
- António Brinca FRS. 5
- Raul Fernandes FRS. 5
- Um democrata FRS. 5
- M. A. L. FRS. 5
- Germano Ferreira da Costa (2.ª contribuição) FRS. 20
- A. C. FRS. 5
- J. P. F. FRS. 5

No momento em que as dificuldades se tornam dia a dia mais agudas, "Portugal Democrático" encarece, uma vez mais, a necessidade dos democratas portugueses se compenetrarem de que o jornal só poderá sobreviver e chegar-lhes às mãos regularmente se os seus leitores sentirem os problemas de dinheiro que temos de enfrentar.

"A VOZ DA LIBERDADE"

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:

20,15 — Hora do Brasil

0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros

Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

Pela amnistia e contra a repressão

Libertemos os Presos de Peniche

De acordo com as ultimas informacoes recebidas na nossa Redacao, persiste o ambiente de violencia na Fortaleza de Peniche. Embora a campanha de solidariedade aos patriotas encarcerados no sinistro presidio tenha alcançado proporções mundiais, Salazar manteve no seu cargo o esbirro Falcão, diretor da cadeia e responsável numero 1 pelos dramaticos acontecimentos que levaram os presos a rebelar-se contra o tratamento desumano que lhes era dispensado. Os guardas Louzada e Poupá, dois autenticos anormais que torturam os detidos com requintes de sadismo, continuam a gozar de toda a confiança do diretor. Este, ao insultar não há muito e preso João Honrado ameaçou-o insistentemente de enviar para o Tarrafal, dizendo: "A cadeia de Peniche é considerada a de regime mais rigoroso, mas quando esse regime se mostra insuficiente para domar algum preso, este será mesmo enviado para o Tarrafal". Semelhante desabafo, partido de um assassino como Falcão, é particularmente significativo e vem desmentir as repetidas afirmações de Salazar de que o Tarrafal foi definitivamente encerrado. O fato é que no "campo da morte lenta" se encontram numerosos patriotas africanos e só não tiveram o mesmo destino dezenas de democratas portugueses pela simples razão de que a campanha internacional contra a reabertura do Tarrafal amedrontou o velho ditador, levando-o a recuar dos seus propositos criminosos.

De qualquer forma, é indispensável prosseguir na luta pela libertação dos presos de Peniche. Renovamos por isso o apelo aos nossos leitores de todo o mundo para que enviem protestos ao governo fascista de Lisboa e ao diretor da Fortaleza de Peniche.

Condenados a Prisão Perpetua

Outra campanha que não pode ser descurada é a que visa pôr termo a essa monstruosidade a que o fascismo português chama eufemisticamente "medidas de segurança". Como se sabe, as referidas medidas equivalem à prisão perpetua. Presentemente, cerca de duzentos patriotas com as penas cumpridas, não são postos em liberdade por força dessa aberração criminosa. Entre eles figuram: Manuel Guedes, Adolfo Ramos, Aida Paula, Ivone Dias Lourenço, Joaquim Carreira, Maria da Piedade Gomes dos Santos, José Rolim, Maria Albertina Diogo, Armando Norte João Raimundo, Luiz Nogueira, José Dias, Oscar Figueiredo, Manuel Pedra, Manuel Pedro, Mario Franco de Sousa, Antonio Gomes do Rego, João Antonio Caetano, Manuel Calado, Raul Cordeiro, Daniel Leão, Jorge Moura, Francisco Pinto, Jorge do Carmo, Antonio Centeio, José Monteiro da Silva, Antonio Miguel Simão, Francisco Cardoso, Marcos Antunes, Camilo Santos Costa, José Martins e Antonio Costa Santos.

Exijamos a libertação desses e de outros patriotas! Abaixo a prisão perpetua! A vitória alcançada com a libertação de Manuel Rodrigues da Silva deve servir a todos os democratas de exemplo e estímulo para outras vitórias semelhantes.

A Repressão em Moçambique

Conforme salienta no seu ultimo numero o Boletim da FRELIMO, as guerras coloniais de Angola e da Guiné leva muita gente que nelas fixa as suas atenções a esquecer a atividade repressiva do fascismo salazarista em outros territorios sob dominio português. Em Moçambique, particularmente, a repressão atinge aspectos de uma violencia que nada fica a dever ao terror policial implantado nas colonias da costa ocidental. Entre os patriotas moçambicanos presentemente encarcerados nas masmorras da PIDE contam-se os seguintes: Jaime Rivaz Sigauke, Estevão Malote, Abel Mandlati, Filipe Madzorodze, João Naminda, Zacarias Vanomba, Faustino Mbiavi, Samuel Mavalefumo, Clemente Nandanga, Jacob Caidi, Faustino Vanomba, Cornelio João, Antonio Mangedye, Tome Gaspar, Ellas Namolenga, Valente Estevão Tuto, Pascoal Muidumbe e Regulo Mbavala.

Denunciar o clima de terror reinante em Moçambique, lutar pela libertação desses patriotas é um dever de todos os democratas portugueses. A causa por que se batem é também nossa.

As Ultimas Prisões

A PIDE continua a manter presos muitos dos patriotas que deteve antes e durante as grandes manifestações do 1.º de Maio. Nas prisões do Porto numerosos estudantes e operários têm sido submetidos à conhecida tortura do sono e a espancamentos cotidianos. O funcionário público Santos Junior, apesar de sofrer de doença epiletica, foi obrigado a suportar 11 dias de estadia. Dois jovens, José Dias e Anesio Cardoso, alem de serem alvo de tratamento brutal, estão proibidos de receber visitas e nem sequer são autorizados a comer os lanches que as familias lhes enviam.

Uma das prisões que agitou mais os meios oposicionistas do Porto foi a do destacado militante anti-fascista Elias Reis Santos, elemento dos mais combativos da classe operária, cuja fibra de lutador se afirmou em longos anos de combate à ditadura salazarista.

Sabe-se tambem que foram detidos os democratas Artur Santos, gerente comercial; e Artur Bartolo, empregado de escritório.

Protesto da Federação das Mulheres

A secretária geral da Federação Democrática Internacional das Mulheres, Rosa Jasovich Pantaleon, enviou o telegrama que abaixo reproduzimos ao presidente do Tribunal "Plenário" de Lisboa: "A Federação Democrática Internacional das Mulheres protesta contra a nova prorrogação das chamadas "medidas de segurança" contra Maria da Piedade Gomes dos Santos, gravemente doente e pede a sua libertação imediata. Reclama tambem a absolvição de Matilde Correia Bento Araujo cujo estado de saúde é igualmente delicado".

Apelo da U.I.E.

Ao tomar conhecimento das violencias e arbitrariedades cometidas contra os estudantes portugueses, em março p.p. a União Internacional dos Estudantes, por intermedio do seu departamento de Educação endereçou a seguinte circular apelo aos estudantes de todo o mundo:

"Caro colega:

Por ocasião do Dia do Estudante (15 de março de 1964), os estudantes de Lisboa reuniram-se em manifestação pacifica. Foram brutalmente atacados e espancados pela policia portuguesa. Finda a manifestação, cinco líderes estudantis de Lisboa foram suspensos das aulas por 90 dias, o que significa que vão perder o ano academico. Esses cinco estudantes (Manuel de Freitas Alexandre, Feliciano da Cruz David, Jorge Dias de Deus, Eugenio Oscar Garcia e Albano Freire Nunes) eram dirigentes da associação dos estudantes e frequentavam a Faculdade de Direito, o Instituto Superior Tecnico e o Instituto de Ciencias Economicas e Financeiras. O ultimo é secretário geral da R.I.A., órgão coordenador da Associação.

Consideramos urgente que demonstres a vossa solidariedade para com estes cinco estudantes por todos os meios possiveis, insistindo junto das autoridades portuguesas para que eles possam retomar os seus estudos".

a) Behnami Petros, pelo Departamento de Educação.

A União Internacional dos Estudantes enviou tambem um telegrama a Salazar protestando contra o ataque da policia à manifestação estudantil de 15 de Março e exigindo a reintegração dos cinco estudantes suspensos das aulas.

Antigos Combatentes Contra Repressão

A Associação dos Combatentes Antifascistas da Checoslovaquia ende-

reçou à Federação Mundial dos Antigos Combatentes, com sede em Paris, a seguinte carta:

"Queridos amigos: Milhares de homens, de mulheres e de jovens permanecem presos em Portugal. São "culpados de pensarem de maneira diferente do regime oficial e de se oporem à guerra colonial. São patriotas que pertencem a todas as camadas sociais, professores e estudantes, operários, empregados e marinheiros, intelectuais e camponeses. Foram presos, julgados sem o direito de defesa, condenados e mantidos na prisão mesmo depois de cumpridas as penas. Exigem em vão o respeito pelos seus direitos humanos e a assistencia medica indispensavel.

Durante uma conferencia de imprensa que se realizou em Praga, um membro da Frente Patriótica de Libertação Nacional informou a nossa Federação de Combatentes Antifascistas e os jornalistas presentes dos ultimos acontecimentos em Portugal e pediu-nos em nome dos patriotas portugueses que os auxiliassem na sua luta.

O povo do nosso país, que viveu dez anos de sofrimento sob o terror da ocupação nazi, está sempre pronto a levar a sua ajuda a todos aqueles que a solicitam na luta contra a servidão do homem, na luta pela libertação. E por essas razões que compreendemos a situação dos patriotas portugueses e nos dirigimos a vós, apelando para que apoiem com a vossa autoridade de organização mundial e com o vosso protesto os patriotas encarcerados que esperam a ajuda de quantos acreditam no respeito da liberdade de pensamento do homem e no futuro luminoso do mundo".

Assina a carta J. Husek, presidente da Associação Checoslovaquia.

Na Holanda

O Comité Holandês para a libertação de Angola continua a desenvolver intensa e proficua actividade contribuindo com a sua ação para a denuncia da repressão em Portugal. A radio e a imprensa têm dado bastante relevo às conferencias que promoveu, entre as quais figuraram as dos democratas portugueses Antonio de Figueiredo e Virgilio de Lemos; do pastor Clifford Parsons, missionário em Angola; e do líder estudantil angolano Jorge Valentino.

A pedido do Comité visitou Portugal, permanecendo ali três semanas, o advogado Benno Stokvis que teve o ensejo de assistir às manifestações do 1.º de Maio e audiencias do processo de Beja. A impressão que colheu nessa breve estada foi tal que ao regressar fez uma serie de conferencias pela Radio, denunciando o fascismo salazarista e o seu clima de terror policial. Alcançou especial exito um programa em que discorreu sobre "A opressão em Portugal e a resistencia num Estado policial".

Na Belgica

Democratas portugueses e espanhóis exilados na Belgica decidiram unir os seus esforços com vista a uma ação conjunta naquele país contra Salazar e Franco. Em apelo dirigido aos trabalhadores belgas, denunciaram os dois regimes fascistas da Península e pedem concretamente: o boicote de todos os produtos oriundos de Portugal e Espanha; a denuncia publica da repressão, das torturas e dos carceres fascistas que oprimem os trabalhadores portugueses e espanhóis; e a supressão das visitas turísticas a ambos os países.

Dando inicio a essa colaboração, os exilados portugueses e espanhóis desfilarão nas ruas de Liège no dia 1.º de Maio exibindo faixas com dizeres contra as ditaduras de Salazar e Franco.

No Uruguai

A União das Mulheres Portuguesas, secção do Uruguai, promoveu em Montevideo uma sessão de homenagem à memoria da heroína camponesa Catarina Eufemia, assassinada em 19 de julho de 1954 pelo tenente Carrajola, da G.N.R. nos campos de Baleizão, no Alentejo. Assistiram ao ato numerosas delegadas ao Congresso Americano de Mulheres, e membros da União Feminina do Uruguai e do Comité Feminino Fidel e da União das Mulheres Paraguaias. Durante a sessão a União das Mulheres Portuguesas lançou uma campanha pela libertação imediata de Ivone Lourenço e Piedade dos Santos, destacadas militantes antifascistas presas nas enxovias da PIDE.

Portugal e o Fim do Ultra-Colonialismo

"Portugal e o fim do ultra-colonialismo" é o titulo de um estudo de Perry Anderson em que aquele escritor inglês, director da *New Left Review*, depois de esboçar um quadro do fascismo salazarista, procura analisar as estruturas antigas e actuais do colonialismo português. Embora certas interpretações historicas do autor sejam discutiveis, suscitando controversia, a obra constitui no seu conjunto um veemente libelo contra o colonialismo português e um instrumento de divulgação internacional dos crimes que Salazar e a sua camarilha colonial-fascista vêm cometendo em Africa e particularmente em Angola. Pela documentação apresentada oferece interesse especial o capitulo consagrado ao controle da economia angolana pelos grandes monopólios europeus e americanos. São extraídas dele as passagens que abaixo transcrevemos:

"Angola exporta cerca de 90% da sua produção de café, de sisal e de milho. Costuma-se dizer que esse sector é controlado por Portugal — seja por intermedio de companhias concessionárias, como a Companhia Agricola de Angola (C.A.D.A.), com mais de 80% da produção de café, ou directamente por colonos portugueses estabelecidos nas suas fazendas. A realidade é mais complexa. A C.A.D.A. cujo capital declarado em 1958 era de 7.775.000 dolares, obteve no mesmo ano lucros de 1.441.195 dolares; o seu principal acionista é o Banco Rallet e Cia. (francês), que é tambem majoritário nas pequenas companhias agricolas, a Companhia Agricola do Cazengo e a Companhia Angolana de Agricultura. O algodão é inteiramente cultivado por africanos que o vendem a preços fixos às companhias monopolistas as quais cedem parte dos lucros à Administração. As principais companhias são a Societé Generale de Belgique (representada pela Companhia Geral dos Algodões), o Banco Belga de Africa, a Companhia Algodoeira Congoleza, a Luinha-Sociedade Agricola e Industrial (firma que controla tambem a nova industria do óleo de palma em Angola). O milho, tambem produzido pelos africanos, passa através de uma feira de intermediários portugueses antes de ser negociado. Mas aí são igualmente companhias como a Luinha e a C. A. D. A. que estão interessadas. Nos vários setores da produção agricola, os bancos e firmas não portuguesas são portanto muitas vezes predominantes mesmo quando a maioria no conjunto está em mãos portuguesas.

Mas são as minas e a industria que constituem essencialmente a caça reservada das empresas de grande capital (...).

CONDOMINIO CAMUFLADO

(...) Entre essas companhias o gigante é evidentemente a famosa Diamang. Constituida em 1917 como ramo português da famosa Anglo American Diamond Corporation Ltd., obteve a concessão de exclusividade em 1921. Está isenta de impostos, não paga qualquer taxa de importação pelas maquinas necessárias à mineração nem taxa de exportação sobre os diamantes; dispõe inteiramente de toda a mão de obra africana da região da Lunda. O capital inicial (cerca de 2.540.900 dolares) compunha-se de 40% de ações majoritárias americanas, 40% dividido entre as várias empresas inglesas e belgas e apenas 5% do governo angolano. Os participantes eram a Anglo American Corporation (S. Africa, Ltd.), o Grupo Oppenheimer, o Banco Morgan, De Biers, o Guaranty Trust Bank, Guggenheim, T. F. R. Ryan, Forminière, Union Minière du Haut Katanga, e Societé Generale de Belgique. Posteriormente, o capital foi elevado para cerca de 11 milhões de dolares e o governo angolano possui presentemente 11,5%. Entre 1953 e 1957 o governo recebeu 16.870.000 dolares de dividendos e premios. Os lucros liquidos da Diamang foram no ano seguinte de ... 75.454.337 escudos. A concessionária dos carburantes, a Lobito Fuel Oil Company (Carborand) pertence ... (70%) à Companhia belga Petrofina (Compagnie Financière Belge de Pétrole), que fornece tambem a "assistencia tecnica". Autorizada em 1952, a Carborang foi habilitada em outu-

bro de 1957 pelo Governador Geral a criar a Companhia de Petroleos de Angola com um capital de 25.000.000 de dolares: 45% à Petrofina (ligada à Royal Dutch), 1.750.000 dolares ao Governo de Angola e o resto a distribuir entre quatro bancos portugueses (embora um deles, o Banco Burnay, seja na realidade um subsidiário da Societé Generale Belge). A divisão do lucro é semelhante na Companhia Concessionária de Petroleos de Angola cujas 16.000 ações estão divididas entre a Carborang (11,76%) e uma trindade bancária: Banco de Angola, Banco Burnay e Banco Espirito Santo e Comercial de Lisboa. A Belgica não é o unico país interessado nos recursos petroliferos de Angola. Em junho de 1958, a Cabinda Oil Company apoiada pela Gulf Oil Company, o Chase National Bank e o National City Bank of New York obteve um contrato de exclusividade para tres anos de prospeção e cinquenta anos de exploração do enclave de Cabinda, em troca de um aluguel pela ocupação do terreno e uma garantia de despesas de tres milhões de dolares durante os tres primeiros anos. A rentabilidade dessas concessões é imensa: o capital da Carborang, em 1958, não ultrapassava 1.925.000 dolares mas os seus lucros ascendiam entre tanto a 1.138.620 dolares.

As duas companhias de cobre mencionadas (...) são de maioria portuguesa. A produção de manganês, pelo contrário, está inteiramente nas mãos da Companhia Louise A. Thérèse Berman, que se associou a duas outras companhias concessionárias, Lay Frères e Sociedade Commercial J. Fernandes. O aluminio é o dominio de Péchiney, que opera por intermedio do Aluminio Português. Billiton Maatschappij (Holanda) tem o monopólio da bauxite; no que se refere ao minério de ferro, a Companhia Mineira do Lobito opera em associação com sócios como a Krupps, de Essen.

A propriedade ou a direcção das minas são, portanto, muitas vezes estrangeiras. Os diamantes, a gasolina e o petroleo, o manganês, a bauxite, o aluminio e o minério de ferro são inteira ou parcialmente explorados por corporações estrangeiras. As proprias agencias de desenvolvimento são companhias do primeiro plano tais como a Hydro Technical Corporation of New York, a Aero Service Corporation, a Bethlehem Steel e a Carbide Inc.

O açúcar (e o seu derivado alcool) está em plena expansão e uma usina de açúcar, prevista para a produção de 40.000 toneladas por ano, está em construção em Luanda. Em todas as companhias açucareiras há uma participação europeia no capital — Companhia do Açúcar de Angola, Companhia Agricola do Cassequel e Sociedade do Comercio e Construções. Em 1958, a Companhia Agricola do Cassequel tinha um gou quase um milhão de dolares de dividendos; o principal acionista é Barton Mayhew and Co. A industria do cimento, hoje inteiramente destinada ao mercado interno, assenta sobre investimentos estrangeiros da Companhia de Cimentos de Angola. A Textang dirige a industria textil, muito reduzida, em Luanda; sabe-se que foi constituída com capitais belgas e holandeses mas não são conhecidos os numeros exatos. A industria de oleos vegetais permanece sob o controle de Industrias Angolanas de Oleos Vegetais (Induve) estreitamente ligada à CUF e à C. A. D. A., de pedominio francês.

A única via ferrea transversal é o caminho de ferro de Benguela, que segue a rota dos antigos mercadores de escravos. Fundada em 1902 por sir Robert Williams, tinha um capital inicial de 3 milhões de libras e recebeu uma concessão por 99 anos. O governo português apenas possuía 10% das ações. A principal acionista é a Tanganyka Concessions (inglesa) que investiu no empreendimento um total de cerca de 30 milhões de dolares. Esse caminho de ferro foi extremamente rendoso para os acionistas e constituiu em tempo normal uma fonte segura de rendas aduaneiras para a Administração".

Dona Maria Pereira Delgado

No dia 19 de junho p.p. faleceu em Lisboa, Portugal, a Exma. Senhora Dona Maria Pereira Delgado. A falecida, que contava 87 anos de idade, era mãe do Senhor General Humberto Delgado. A este nosso prezado amigo, "Portugal Democrático" apresenta os seus sinceros pêsames.

Conferência da F.P.L.N.

Algumas Considerações - III

Manuel Sertório

le Perry
depois
ruturas
retações
onstitui
s e um
sua ca-
em An-
capitulo
os euro-
ranscre-

Geral a
leos de
000.000
(ligada
ares ao
a dis-
Banco
subsi-
ge). A
a Com-
leos de
io divi-
'6%) e
nco de
o Espi-
oa. A
ressa-
Ango-
da Oll
Com-
o Na-
obteve
e para
uenta
de Ca-
el pela
arantia
e dóla-
nos. A
ões é
ig, em
00 d-
diã-
miam
s.

men-
portu-
es, pe-
nas
Thér-
ias ou-
s, Lay
J. Fer-
de Pé-
dio do
Maats-
opolio
ao mi-
ineira
o com
en.

as mi-
es es-
solina
uxite,
o são
brados
As
rimen-
plano
rpora-
e Cor-
a Car-

leool)
usina
dução
tá em
las as
parti-
Com-
Com-
el e
Cons-
anhia
um
lares
ista é
istria
desti-
a so-
da
igola.
extil,
be-se
i bel-
onhe-
istria
ob o
is de
men-
.. de

é o
que
lores
por
pital
rece-
O
sua
nista
lesa)
um
dó-
i ex-
nis-
uma
pa-

Qual a unidade necessária e possível na luta contra o fascismo salazarista? Qual a organização adequada para as acções concretas a desenvolver durante essa luta?

As respostas a estas questões estão indissolúvelmente ligadas, que a unidade que importa estabelecer, que é a unidade de acção, deve ser procurada no processo da realização das acções anti-fascistas e os quadros organizativos devem ser adaptados e, se necessário, modificados em função dessas acções.

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

14 — Vimos que as acções a desenvolver pela Oposição devem ser, umas, de carácter legal e semi-legal e outras, de carácter nitidamente clandestino.

Torna-se evidente que os quadros destinados a levar a efeito um destes tipos de acções não devem ser os mesmos a realizar acções do outro tipo. Há igualmente clara a necessidade de uma articulação geral de todos os quadros, em natural correspondência com a ligação que os diversos tipos de acção devem manter entre si.

Que as Js.A.P. tomem a seu cargo, em conjunto, estas diferentes espécies de acções e se desdobrem organizativamente em comités especificamente encarregados de um só tipo de acções; ou que as Js.A.P. se encarreguem apenas das acções clandestinas e promovam a criação de organismos mais amplos para as acções de tipo legal, é o menos importante. O que interessa é que se verifiquem entre estas e outros organismos ou órgãos a necessária incomunicabilidade organizativa e, ao mesmo tempo, a não menos necessária articulação entre todas as acções desenvolvidas.

15 — As formas orgânicas não podem nunca ser encaradas como uma realidade imutável, em função da qual certas acções deverão ser praticadas e outras não, nem tampouco como o esqueleto rígido de uma estática unidade anti-fascista.

Por outro lado, todos os quadros orgânicos deverão ser sempre considerados como um instrumento de trabalho, conquanto o mais poderoso, da luta anti-fascista do povo português que devem alargar-se ou contrair-se, submergir na clandestinidade ou esboçar-se na tentativa bem sucedida de forçar a legalidade fascista, conforme a modificação permanente da realidade portuguesa e as necessidades e possibilidades da luta do nosso povo.

Estas considerações são inteiramente válidas para a F.P.L.N., que é o movimento de unidade que as condições presentes e as várias vicissitudes de um passado recente tornam actualmente possível. Ela não deve ser, consequentemente, encarada como um monumento acabado da unidade anti-fascista portuguesa idealmente desejável e possível. É verdade que nenhum sector da Oposição hostiliza a F.P.L.N. Mas nem todos os sectores anti-fascistas se dispuseram já a veicular através dela toda a sua acção política.

A 2.ª Conferência interpretou correctamente esta realidade, ao considerar como vantajosas todas as formas de colaboração, fora dos seus próprios quadros, com aqueles sectores ou personalidades oposicionistas que ainda se não integraram na F.P.L.N. Isto implica a necessidade dos dirigentes desta terem sempre de baixo dos olhos não só a linha política da própria F.P.L.N., definida pelas suas Conferências, como também os pontos de vista de todos os sectores da Oposição que nela se não encontram representados.

Este policentrismo actual da Oposição portuguesa, se assim se lhe pode chamar, é o único caminho válido para a criação, o mais brevemente possível, de um autêntico comando único da luta anti-fascista, o qual só pode-

rá desempenhar efectivamente esse papel na medida em que fôr ao mesmo tempo uma directoria nacional da luta, representativa de todos os sectores da população portuguesa na verdade empenhados na luta anti-salazarista.

Todas estas considerações conduzem a repudiar com energia qualquer tendência para encerrar a F.P.L.N. como um super-partido político e não, apenas, como uma espécie de Central interpartidária.

16 — Por outro lado, isto leva-nos também a pensar no problema da representação partidária das diversas correntes de opinião anti-fascista.

De acordo com o que se expôs no primeiro artigo desta série, tanto a realidade política portuguesa do presente como a que imediatamente se seguirá ao derrubamento do fascismo é socialmente complexa e rica em contradições classistas. Essa realidade conduzirá inelutavelmente ao aparecimento de diversos partidos políticos ou organizações de tipo partidário, como representação política daquelas contradições sociais. Com efeito não é o facto de tal espécie de organizações não ter em Portugal existência legal desde há 38 anos que modifica esta realidade para a tornar semelhante à das sociedades pré-capitalistas ou insuficientemente diferenciadas da maior parte dos novos estados africanos e asiáticos, em que as frentes de libertação anti-colonialistas vieram a transformar-se em partidos únicos.

Deste modo, é fácil concluir que uma das mais importantes dificuldades até agora existentes no sentido da articulação de uma mais ampla unidade nacional anti-fascista é a quase completa inexistência de interlocutores partidários. Nas conclusões e resoluções da 1.ª Conferência, consignaram-se expressamente palavras de incentivo à criação de partidos políticos. Além do Partido Comunista Português outros devem, na verdade, surgir em Portugal e quanto mais cedo isso suceder melhor será.

O Partido Socialista e o Partido Católico progressista são aqueles cuja inexistência mais prejudicialmente se repercute no movimento unitário.

Quanto aos socialistas, devem ser recordadas as palavras de Kruchchev no 22.º Congresso do P.C.U.S. em que afirmou que a necessidade de fraterna cooperação entre os partidos comunistas e os partidos socialistas não é, pelo lado comunista, uma simples declaração de natureza táctica. Por outro lado, o Partido Comunista Português sempre incentivou, nos últimos anos, a criação de um Partido Socialista em Portugal, e não é legítimo duvidar-se da lealdade dessa posição. Quanto aos católicos progressistas, é conhecida a relutância manifestada por algumas personalidades deste sector no sentido de promoverem a formação de uma organização partidária, por serem contrárias a organizações com carácter confessional. Estes escrúpulos implicam, porém, prejuízo para o movimento unitário e conduzirão, como única alternativa possível, ao domínio exclusivo do Partido Católico, que sem dúvida surgirá no nosso país, pelos dirigentes anti-progressistas.

De qualquer modo, não deve nem pode confundir-se com a existência de partidos políticos a criação de agrupamentos que pretendem apresentar-se ora como partidos ora como organizações a-partidárias, conforme julgam ser de seu interesse. Tais organizações só podem lançar confusão no movimento unitário e prejudicar, consequentemente, o seu funcionamento, na medida em que, sendo no fundo partidos envergonhados, aspiram a ser interpretados como super-partidos, como organismos de unidade, pois essa unidade é na prática, em face da unidade geral anti-fascista, discriminativa e auto-contraditória.

A Federação Sindical Mundial Condena a Repressão

Com a data de 6 de Maio, a Federação Sindical Mundial dirigiu ao Ministério das Corporações de Portugal o telegrama que abaixo reproduzimos: "Em nome de 120 milhões de membros, a Federação Sindical Mundial eleva o seu indignado protesto em face da brutal repressão policial desencadeada contra a manifestação pacífica do 1.º de Maio em Lisboa e que se traduziu num morto e em vários feridos. Condena esse acto arbitrário e reafirma a sua solidariedade e o seu apoio aos trabalhadores de Portugal na sua acção por melhores condições de vida, pelas liberdades sindicais e democráticas e pela anistia aos presos políticos de Portugal".

A LUTA NO EXTERIOR

17 — A criação da J.R.P. pela 2.ª Conferência da F.P.L.N. implica alterações profundas na acção anti-fascista desenvolvida pelos portugueses democratas no exterior, a qual se vê enormemente alargada.

Como se verifica das resoluções da 2.ª Conferência, a J.R.P. não é um Governo Provisório, para o qual não existem hoje condições, sem que isso signifique que tal organismo não possa vir ainda a ser constituído. Também a J.R.P. não é, no fundo, um organismo para a preparação e execução técnica da revolução; nem é, tampouco, uma simples secretaria da Oposição no exterior. Em minha opinião, a J.R.P. assemelha-se a um ministério dos negócios exteriores da Oposição, embora além dessas funções específicas outras lhe houvessem sido assinaladas.

Em todo o caso, é bom lembrarmos sempre de que a autoridade da J.R.P. não lhe poderá jamais advir do simples uso do seu nome nem do mandato que lhe seja conferido por estes ou aqueles organismos ou personalidades. Essa autoridade, ao contrário, terá de provir, de um lado, da acção anti-fascista do nosso povo em Portugal, que é, em última análise, a grande fonte de representatividade de qualquer organismo anti-salazarista; e, de outro lado, do bom trabalho político que a J.R.P. venha a efectuar.

O que é certo, porém, é que o funcionamento de um organismo central no exterior deve levar à revisão do trabalho dos organismos de emigração política portuguesa.

Conquanto estes continuem a gozar da autonomia a que a 2.ª Conferência se referiu, deverá passar a verificar-se uma íntima cooperação entre eles e a J.R.P. Só assim, nomeadamente, se imprimirá eficiência ao trabalho de imprensa e propaganda, evitando-se nestes sectores a repetição de certas tarefas por diversos organismos de emigrados.

18 — É minha opinião que não há lugar, no exterior, para a existência de Juntas de Acção Patriótica, pelo menos para que se não lance confusão sobre as atribuições destas no interior do país. Os democratas emigrados, para prosseguirem no seu trabalho de mobilização da opinião pública portuguesa e nacional nos países em que se encontram, devem guardar uma individualidade própria, organizativamente fora dos quadros da F.P.L.N., promovendo, por outro lado, com personalidades desses países, Comissões de Apoio à F.P.L.N.

Mas isto não quer dizer que a F.P.L.N. não deva ter representantes oficiais em diversas partes do mundo.

ACÇÃO-ANTICOLONIALISTA

19 — Os militantes anti-fascistas sabem que a luta anti-colonialista é um poderoso auxiliar da luta anti-fascista.

Os progressos da luta militar pela independência têm sido grandes, na Guiné e em Angola. Depende das formas práticas de ajuda às organizações nacionalistas das colónias portuguesas, por parte dos estados da Organização da Unidade Africana e outros, o ritmo militar das lutas de libertação nacional.

Tanto se pode admitir, por isso, que a libertação das colónias portuguesas ocorrerá antes, como depois, da libertação do povo português. O que é certo é que, no primeiro caso, a libertação das colónias será o mais rude golpe vibrado na sobrevivência económica e política do fascismo português e que, no segundo caso, a substituição do governo salazarista por qualquer governo democrático, mesmo conservador, conduzirá com rapidez ao estabelecimento de negociações no sentido da independência das actuais colónias.

20 — As duas lutas, a nossa e a dos nacionalistas africanos, estão, portanto, indissolúvelmente ligadas: somos, na presente fase histórica, "aliados naturais", como declarou a 2.ª Conferência da F.P.L.N.

Simplemente, é preciso encontrar formas práticas de dar corpo a esta aliança, no campo político como em outros, e para isso, em primeiro lugar, é necessário reconhecer, de parte a parte, os interlocutores politicamente válidos.

Pelo lado português, esse interlocutor é, evidentemente, a F.P.L.N., cujo organismo executivo, a J.R.P. é o único a poder desenvolver, pois é

encontra no exterior, a política anti-colonialista activa exigida pelos sectores progressivos da Oposição portuguesa.

Quanto às organizações nacionalistas e no que se reporta à Guiné, o P.A.I.G. é, também sem lugar a dúvidas, o interlocutor militar e politicamente indicado. Em Moçambique, não se iniciaram ainda operações militares que mostrem sem lugar a equívocos onde reside a representatividade política do povo moçambicano, embora não se verifiquem litígios entre as organizações nacionalistas.

No que se refere a Angola, o problema oferece hoje, em minha opinião, um quadro suficientemente claro, traduzido na força militar e política da Frente de Libertação Nacional de Angola, de que a organização integrante mais importante é a U.P.A., e do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, de que é presidente o Sr. Roberto Holden. Os triunfos políticos obtidos pelo G.R.A.E. junto da O.U.A. e, recentemente, junto da O.N.U.; o esforço militar por ele desenvolvido, quaisquer que sejam as presentes dificuldades; e o auxílio prático que lhe é prestado por intermédio do Comité dos Nove, não obstante as críticas a este movidas, mostram-nos onde reside, no caso angolano, a possibilidade de interlocução válida.

Processo de Beja...

(Continuação da pág. 5)

te, a 30 de janeiro, foi possível logo de início que maior número de pessoas entrassem na sala, embora evidentemente sempre acompanhadas de muitos agentes da Polícia Política.

3) A terceira argumentação punha em relevo a ilegitimidade da decisão de proceder ao interrogatório por turnos distintos e sucessivos. O Tribunal respondeu que a lei consentia o interrogatório separado dos reus e que, de resto, a falta de espaço não permitia outra solução. Mas esta decisão não fora dos trâmites usuais, mesmo em Tribunal especial, prejudica de tal modo os interesses da defesa que a "opinião geral é que deve ter sido sugerida pelo Governo e, mais particularmente pela PIDE, por motivos psicológicos e de segurança. As teses do Ministério Público denunciavam claramente sob o aparato jurídico a existência de razões políticas: levar o processo até ao fim, naquela sede, conforme as decisões do Governo e da PIDE, privando assim de qualquer valor prático o recurso ao Supremo.

SUSPENSO O PROCESSO

O Tribunal, em atenção a um pedido do Ministério Público, regeitou uma primeira vez a instância da defesa. Mas esta voltou à carga com novos argumentos, tanto no plano lógico como no jurídico, e tornou a pôr a questão.

O Tribunal retirou-se durante mais de uma hora para deliberar: quando voltou tornou pública uma decisão que anulava a anterior, fazendo seus os argumentos da defesa e dava satisfação à instância desta.

Em seguida suspendeu o processo. Este triunfo imprevisto foi, repito, sobretudo fruto da união entre defensores e réus, união que superou a diversidade ideológica e de interesses no objectivo comum de conseguir, a todo o custo, o respeito da legalidade.

Alguns dos réus tinham razão em confiar numa sentença benigna; outros, acusados de delitos menores, po-

Levar ao extremo as nossas dúvidas sobre este problema será justificar, por um lado, a crítica do Sr. R. Holden de que, enquanto as forças imperialistas tentam assegurar-se do prévio domínio das riquezas da nação angolana, algumas forças progressistas tentam assegurar-se do primado de professores ideológicos em Angola; e, por outro lado, será incentivar as forças nacionalistas angolanas a alimentarem iguais dúvidas acerca da representatividade da F.P.L.N., esperando eventualmente que esta derrube primeiro o fascismo salazarista para então lhe reconhecerem a qualidade de legítima representante do povo português. Em qualquer caso, será impedir, na prática, o encontro daquelas formas concretas de cooperação anti-fascista e anti-colonialista em que hoje, de parte a parte, nos encontramos empenhados, conforme bem viu a 2.ª Conferência da F.P.L.N.

É para o acerto desta cooperação prática que me parece aconselhável a preparação, desde já, de uma ou várias Conferências entre a F.P.L.N. e as organizações nacionalistas responsáveis pela luta de independência nacional nos diversos territórios coloniais submetidos a Portugal.

(*) Vd. os dois artigos publicados sob o mesmo título no último e no penúltimo números deste jornal.

diam contar com uma pena equivalente à prisão já sofrida. O adiamento do processo irá, provavelmente, privar estes últimos da liberdade por mais algum tempo. Pois bem: não houve por parte dos réus menos responsáveis qualquer hesitação em subordinar os seus próprios interesses às exigências de enfrentar unidos uma luta de enorme importância moral e política".

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67
LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha - eio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul
PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul
SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)
INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkensstraat - 13 — Amsterdam - C
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas
ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovná Urada — Jindiská, 15 — Schránka 646 — Praha
REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.
EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 30,00
Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Ass. p/ o Exterior: US\$ 10,00
Ano VX - N.º 84 - Jun/Jul. 64
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

A Marcha do Processo

LISBOA (Do correspondente) — Com uma ridícula arenga do representante do Ministério Público, terminava a fase da inquirição das testemunhas, iniciava-se no passado dia 18 de junho, as alegações do processo de Beja no Tribunal Plenário de Lisboa. Seguir-se-ão, depois, os discursos dos advogados de defesa que deverão preencher várias audiências.

O representante do Ministério Público, sr. Lopes de Melo, no possível intuito de impressionar os correspondentes estrangeiros que acompanham o julgamento, afastou-se do assunto para se lançar numa grotesca diatribe contra o general Humberto Delgado, acusando-o de ter montado, em íntima colaboração com o sr. Jânio Quadros, ex-presidente da República do Brasil, uma conspiração com vista a "transformar Portugal na Cuba do Ocidente". Foi com sorrisos que a bancada da imprensa recebeu as fantasiosas declarações do sr. Lopes de Melo a que não faltou o inevitável remate de um acordo dos conspiradores com "os representantes de Moscovo".

Exilados no Brasil

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa dirigiu aos principais órgãos da imprensa francesa, com o pedido de publicação, a carta que a seguir reproduzimos:

"Exmo. Sr. Diretor: na capítulo que dedica ao Brasil no seu último, *La Force des Choses*, a escritora Simone de Beauvoir, depois de salientar (pag. 563, Ed. Gallimard) que a esquerda brasileira censurava ao então presidente Kubitschek a sua visita a Salazar, refere-se aos portugueses exilados no Brasil em termos que, por falsearem os factos e atingirem a dignidade de todos os democratas portugueses, nos levam a solicitar de V. Exa. a publicação do esclarecimento que se segue, já que não dispomos de outro meio, na parte que nos toca, de restabelecer a verdade junto dos milhares de leitores daquela obra.

O trecho a que nos reportamos é o seguinte: *"Le exilés portugais que nous avons rencontrés, démocrates au*

Portugal, avaient, par rapport à l'Afrique, une attitude fasciste. ils souhaitaient que fut réprimée la revolte des Angolais".

I — Devemos antes de mais recordar que, muito antes da visita ao Brasil de Mme. de Beauvoir, já os democratas portugueses aqui residentes, quer através das suas organizações e jornais quer de pronunciamentos individuais pela imprensa, rádio e televisão se haviam manifestado repetidamente contra o colonialismo fascista de Salazar e a favor da autodeterminação dos povos das colónias portuguesas.

II — Mme. Simone de Beauvoir esteve no Brasil em agosto, setembro e outubro de 1960. A luta armada pela libertação de Angola teve o seu início em Fevereiro de 1961 com o assalto às prisões de Luanda. Não explica Mme. de Beauvoir nas longas páginas que consagra aos ritos da magia negra por que processo conseguiu recolher depoimentos sobre uma revolta que só eclodiria quatro meses após o seu regresso a França.

III — Mme. Simone de Beauvoir concedeu durante a sua permanência em São Paulo uma entrevista ao jornal "Portugal Democrático", órgão da oposição democrática portuguesa e intransigente defensor da autodeterminação e independência das colónias. Cabe recordar que era tão vivo o desejo dos democratas portugueses de obter um pronunciamento do casal Sartre-Beauvoir contra o fascismo e o colonialismo que o autor de "Les Chemins de la Liberté" foi procurado por intelectuais portugueses exilados e convidado a manifestar-se de maneira particular sobre o problema colonial português ao que se escusou, com o fundamento de não conhecer suficientemente a questão.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros. Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

ORGANIZEMOS A AÇÃO DA F.P.L.N.

"Os caminhos que conduzirão o Povo de Portugal à insurreição armada estão traçados, as grandes linhas directrices da acção da F.P.L.N. estão fixadas, as etapas e percorrer estão previstas.

Importa, pois, passar da discussão abstracta e da teorização em torpo do problema da acção contra o regime fascista, à preparação e organização dessa acção.

A discussão na passividade não é só inútil mas prejudicial, pode não revelar apenas fraqueza de meios, mas incapacidade, irreflexão, imaturidade e falta de audácia.

Todavia, se toda acção pressupõe organização, e se há um trabalho organizativo prévio e geral a realizar, é na organização concreta para acções concretas, com objectivos e planos determinados, que se verificará se elas são ou não viáveis.

Ponderadas a sua conveniência e oportunidade, é realizando acções nos diversos planos de luta que a organização se desenvolverá, que os quadros dos militantes revolucionários serão revelados e temperados, que a unidade das forças será reforçada, que o espírito combativo das massas populares se desenvolverá.

A luta da F.P.L.N. deve ser conduzida simultaneamente em todos os planos: no da contra informação e propaganda, no das reivindicações económicas, políticas e culturais das massas populares, nos das relações internacionais enquadradas na estratégia activa das forças anti-fascistas, no das acções armadas contra a máquina repressiva e o aparelho militar da guerra colonial".

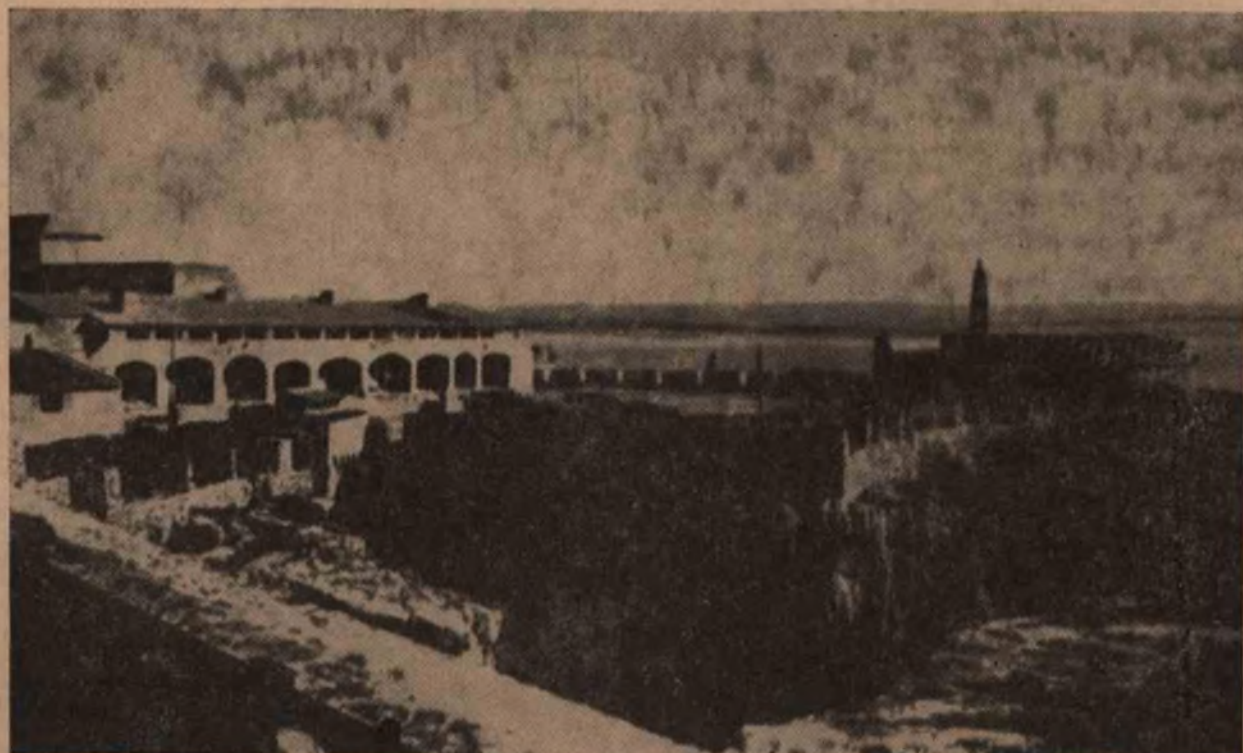
(Texto lido num programa da emissora "A Voz da Liberdade", da Frente Patriótica de Libertação Nacional).

General Delgado em Argel

Num dos primeiros dias de junho, o General Humberto Delgado teve alta, finalmente, no estabelecimento hospitalar checoslovaco em que sofreu seguidamente três intervenções cirúrgicas.

Após breves dias de convalescença; e muito perto de um completo restabelecimento de sua saúde e energia, o General Humberto Delgado seguiu de avião para Argel, onde chegou no dia 27 de junho, sendo-lhe ali prestada calorosa recepção pelos democratas portugueses e autoridades argelinas.

O General assumiu imediatamente a presidência da Junta Revolucionária Portuguesa que aguardava apenas a sua presença para iniciar os seus trabalhos.



Um aspecto da sinistra Fortaleza de Peniche para a qual converge nesta semana a atenção de milhões de homens, comovidos com a luta heroica dos patriotas ali presos e indignados com a desumanidade dos seus carrascos.

Patriotas Angolanos Combatem no Quanza a 50 Km. de Luanda

LUANDA (Do correspondente) — O estado maior das Forças Armadas portuguesas de Angola tornou público nos primeiros dias de junho um comunicado que veio anular e ridicularizar o imenso esforço da propaganda fascista tendente a impor a idéia de que a pacificação em Angola era uma realidade. Os termos secos do comunicado estão aliás longe de refletir o panorama exacto da situação militar que se agravou extraordinariamente nas ultimas semanas. As autoridades fascistas limitaram-se apenas a levantar a cortina de silencio com que procuravam ocultar da população fatos que constituíam em toda a cidade o assunto do dia. Há muito que os colonos portugueses sabiam das intenções do Governo de Angola no Exílio quanto à abertura de uma nova frente de combate no centro do País. Simplesmente, nem os mais pessimistas dos *ultra* esperavam que essa frente viesse a situar-se quase às portas de Luanda. Compreende-se assim que a notícia dos primeiros combates travados na foz do Quanza e no curso inferior do grande rio tenha caído como um bomba nesta capital, quando aqui chegaram os soldados feridos nesses encontros. Causou particular alarme o facto de um dos choques mais violentos ter

ocorrido nas vizinhanças de Calumbo, a menos de 48 Km de Luanda, havendo também notícias de tiroteio proximo de Landa, na direção do Bom Jesus. Posteriormente, as autoridades militares confirmaram os primeiros rumores, acrescentando que os grupos militares nacionalistas eram tão poderosos que se tornou necessário desencadear contra eles uma acção conjunta de forças navais e terrestres na embocadura do Quanza. O êxito dessas operações parece, aliás, ter sido nulo, como se desprende do facto de os oficiais não esconderem o seu pessimismo nas conversas que travam nos cafés da Baixa. Considera-se "apodrecida", isto é dominada pelos guerrilheiros, uma vastíssima zona que abrange as regiões de Zenza do Itombe, Cassoneca e Calucala, com ligação com a Ucuva, onde a posição dos nacionalistas é também das mais fortes.

afirmado que o recurso à sabotagem fazia parte dos seus planos de combate ao colonialismo salazarista. O ataque verificou-se simbolicamente na madrugada do 38.º aniversário do golpe fascista do 23 de Maio. Uma poderosa carga de TNT explodiu sob uma composição ferroviária que se dirigia para Quizenga. Em consequência da explosão descarrilaram a locomotiva e um vagão, ficando a via destruída numa extensão de dezenas de metros. Os prejuizos foram elevados, mas não deixa de ser comentado favoravelmente o facto de os autores da sabotagem se tiverem retirado sem atacar o pessoal que seguia no comboio. Apenas o maquinista sofreu leves ferimentos em consequência da explosão.

COMBATES NA FRONTEIRA NORTE

Numa demonstração clara de que todas essas iniciativas se integram num plano geral, as forças nacionalistas desencadearam várias acções ofensivas na fronteira norte durante a primeira semana de junho, infligindo numerosas baixas às tropas portuguesas. Na região de Cabinda, foram atacadas as povoações de Inhobo e Neculo.

A impressão dominante em Luanda é a de que o próprio estado maior fascista não acredita mais na viabilidade de uma solução militar para a guerra de Angola.

ATENTADO CONTRA O CAMINHO DE FERRO DE MALANGE

A abertura deste novo teatro de operações abateu ainda mais o moral das autoridades fascistas e dos colonos *ultra*, aliás seriamente abalado após o atentado cometido no dia 28 de Maio contra o caminho de ferro de Luanda a Malange. Os patriotas angolanos não haviam empreendido até agora esse tipo de acção, apesar de Holden Roberto ter, repetidas vezes,

A F.S.M. Sauda os Pescadores do Algarve

A Federação Sindical Mundial, solidarizando-se com a heroica greve dos pescadores algarvios enviou-lhes a seguinte mensagem: "A FSM saudá calorosamente os valentes pescadores de Portimão e de outros portos da provincia do Algarve que se encontram em greve há mais de seis semanas por melhores condições de vida e bem assim às suas famílias pelo valioso apoio que representam na luta e hipoteca a todos a sua total solidariedade".

Prof. Joaquim Barradas de Carvalho

Ingressou no Conselho de Redacção de "Portugal Democrático" o destacado democrata prof. Joaquim Barradas de Carvalho, catedrático de História Iberica da Universidade de São Paulo.

No proximo numero iniciaremos a publicação de uma serie de artigos seus subordinado ao tema "Obscurantismo Salazarista".

Dramática a Situação no Forte de Peniche

LISBOA (Do Correspondente) — Sem dar qualquer justificação para o seu acto, a PIDE transferiu sigilosamente nos primeiros dias de junho doze patriotas que se encontravam no presidio de Peniche: Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Octavio Pato, Guilherme Carvalho, Aboim Inglês, Alberto Vilaça, Americo de Sousa, Carlos Costa, José Magro, Orlando Lindim Ramos, Julio Martins e João Honrado. Todos esses democratas se acham agora encarcerados na fortaleza de Caxias.

Nas últimas semanas, a situação não cessou de se agravar em Peniche. No dia 7 de junho dezenas de familiares dos presos realizaram uma impressionante manifestação junto às muralhas da fortaleza, a fim de protestarem contra as arbitrariedades e violencias que o director Falcão e os guardas vêm cometendo há meses. A dureza do regime prisional, ultimamente, nada ficava a dever à de qualquer campo de concentração. Há mais de mês

e meio que todas as visitas haviam sido suprimidas. Por outro lado, nenhum preso estava autorizado a conservar objectos pessoais, inclusive os

DOZE PATRIOTAS TRANSFERIDOS PARA O FORTE DE CAXIAS

indispensáveis à propria higiene. Até o recebimento de livros e a compra de jornais permaneciam rigorosamente proibidos.

A indignação que lavra em todo o País em consequência desses factos, conhecidos da opinião publica através dos comoventes apelos dos presos, assumiu tais proporções que as autoridades fascistas principiam a dar indícios do pânico que as domina. Assim, em resposta à demonstração das famílias em Peniche, a policia interveio com inaudita brutalidade espancando todos os manifestantes. Seis esposas de patriotas presos foram detidas e aguardam julgamento.

Uma grande campanha de solidariedade aos democratas transferidos de cadeia e a todos os demais presos de Peniche iniciou-se já vários países europeus.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191, C.P. 4469 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes